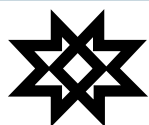


PRESENÇA

REVISTA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E MEIO AMBIENTE- Dez.-Nº 10, Vol I, 1997



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

CENTRO DO IMAGINÁRIO SOCIAL

LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA HUMANA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL

PRESENÇA - ISSN 1413-6902

Ano I nº 10 - Dez. - 1997

Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente

APROVADO PELO CONSEPE/UNIR RESOLUÇÃO N.º 0122/1994

Editor:

JOSUÉ COSTA

CONSELHO EDITORIAL:

Sílvio Sanches Gamboa

UNICAMP

Nídia

USP

Miguel Nenevé

UFRO

Mário Alberto Cozzuol

UFRO

Clodomir Santos de Moraes

UFRO

Arneide Badeira Cemin

UFRO

PRESENÇA, Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente. Porto Velho,

Fundação Universidade Federal de Rondônia. v.1, 1997.

1. Educação - Periódico
2. Meio ambiente - Periódico
CDU 37(05)

Foto: **Beradão - Josué da Costa**
Leiaute e Diagramação: **Sheila Castro dos Santos**

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	04
CAMPESINATO E SUAS MANIFESTAÇÕES	5
<i>MARIA DAS GRAÇAS NASCIMENTO</i>	
MITO E LUGAR-PARTE 2	12
<i>JOSUÉ COSTA</i>	
UM MUNDO SEM SUJEITO OU UM SUJEITO SEM MUNDO.....	27
<i>NILSON SANTOS</i>	
TRAJETO ANTROPOLÓGICO: OU COMO TER "ANTROPOLOGICAL BLUES".....	34
<i>ARNEIDE BANDEIRA CEMIN</i>	
O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA DE NOVAS TERRAS EM RONDÔNIA.....	43
<i>JOSÉ JANUÁRIO AMARAL</i>	
GEOGRAFIA CLÁSSICA - UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DACIÊNCIA GEOGRÁFICA	50
<i>GENYLTON ODILON RÉGO DA ROCHA</i>	
DESMATAMENTO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM RONDÔNIA.....	61
<i>DORISVALDER DIAS NUNES</i>	

EDITORIAL

A universidade brasileira adquiriu, ao longo dos anos, um papel preponderante diante do desenvolvimento social, cultural e econômico do País. Ao cumprir sua tríade: pesquisa, ensino e extensão, demonstrou viabilidade e esperança em um País com desigualdades sociais gritantes e política econômica aviltante. Convivendo sempre com cortes de verbas a condição de trabalho para o professor/pesquisador tem sido motivo de vergonha nacional, embora se reconheça que a universidade pública é responsável pela maioria das pesquisas científicas.

A competência da universidade pública brasileira é baseada no envolvimento de seus professores com a pesquisa. É sua vocação enfrentar as questões sociais, ambientais, políticas, econômicas, tecnológicas, etc; de frente, propondo alternativas, criando o pensamento, proporcionando a formação do ser humano pleno, livre e criativo.

Esta possibilidade criadora da universidade sempre foi combatida. A gratuidade sempre foi considerada ameaça para determinadas classes sociais comprometidas consigo mesmas. Impedir a formação da mentalidade criativa é uma questão de sobrevivência.

Ao longo do tempo, sempre convivemos com projetos mirabolantes para a educação e para o ensino superior, mas agora o projeto do absurdo parece ter ganhado uma força descomunal diante das inanições diversas que passa a comunidade acadêmica. O hediondo projeto de Diretrizes e Bases quebra a tríade, quer uma universidade capenga voltada exclusivamente para o ensino; quer uma universidade paga.

O que há de criativo e novo em um ensino, cujo professor não tem a prática da descoberta do conhecimento sendo, no final do processo, um mero repetidor? Que futuro aguarda os filhos de trabalhadores sem o ensino superior gratuito?

Ao apresentarmos mais um número da Revista PRESENÇA, estamos reafirmando o nosso compromisso com uma universidade que pensa, investiga, cria e busca em sua atuação, a formação de uma sociedade cidadã, humana e feliz.

CAMPESINATO E SUAS MANIFESTAÇÕES

MARIA DAS GRAÇAS SILVA NASCIMENTO SILVA*

RESUMO: A proposta deste trabalho é fazer uma Resenha Crítica do Artigo "O Camponês: Um trabalhador para o Capital" de WANDERELEY, (1979). São analisadas pela autora, várias obras que tratam da questão do campo brasileiros até o final da década de 70. WANDERLEY tem como objetivo principal de reflexão entender a natureza das relações sociais existentes na agricultura, em especial, as que envolvem o pequeno produtor familiar.

PALAVRAS-CHAVE: Entender, Natureza e Crítica.

ABSTRACT: The proposal of this work is to do a Critical Review of the Article " THE Farmer: A worker for the Capital " of WANDERELEY, (1979). Saint analyzed by the author, several works that you/they treat from the subject of the Brazilian field to the end of the decade of 70. WANDERLEY has as objective reflection principal to understand the nature of the existent social relationships in the agriculture, especially, the ones that involve the small family producer.

KEYWORDS: To understand, Nature and Critic.

**"Vivendo na terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para sua mesa e para a do príncipe, do tecelão e do soldado, o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza. A céu aberto, é um observador dos astros e dos elementos. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas a determinada tarefa. Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existia antes daquilo que convenciamos chamar de ciência".
(MOURA M.M. - OS CAMPONESES).**

A proposta deste trabalho é fazer uma Resenha Crítica do Artigo "O Camponês: Um trabalhador para o Capital" de WANDERELEY, (1979). São analisadas pela autora, várias obras que tratam da questão do campo brasileiros até o final da década de 70. WANDERLEY tem como objetivo principal de reflexão entender a natureza das relações sociais existentes na agricultura, em especial, as

que envolvem o pequeno produtor familiar.

Nessa leitura, a autora cita a obra de Caio Prado Jr. "A Revolução Brasileira", que, para ela foi o marco importante da evolução dos estudos no campo brasileiro. Nesta, PRADO JR deixa claro que no campo brasileiro todas as relações de trabalho são de assalariamento, negando a existência do camponês, nos principais setores da agricultura. A questão fundamental do trabalho de PRADO JR era de afastar de vez a tese do feudalismo no campo brasileiro.

Outro autor citado por WANDERLEY é Palmeira que entra numa discussão de combinação de Modos de Produção que permitiu a emergência do latifúndio, que é entendida por ele como "Unidade Econômica", essa Unidade a que se refere, está adequada ao sistema de "*plantation*", que é uma derivação do capitalismo autoritário, onde a mão de obra desse sistema não pode ocupar a terra e as relações de trabalho se dão de forma escravista ou assalariado formal. Em alguns sistemas *plantation* tem seus trabalhadores vinculados aos estabelecimentos, mas isso não os caracteriza como camponês segundo PALMEIRA. Para Lígia Sigoud, que também trabalha com o sistema "*plantation*", nesse caso na zona da mata pernambucana, onde ela considera esse sistema como sendo "uma formação social e os trabalhadores rurais, como uma classe social desta formação". Essa classe, a que se refere SIGOUD, é considerada a partir das diversas categorias ou tipos de trabalhadores em função da relação contratual que mantém com os proprietários.

Afrânio Garcia, que trabalha com os foreiros da zona da mata pernambucana, entende a relação do sistema "*plantation*" como um "campesinato marginal a esse sistema". Nessa obra o autor procura entender a estrutura da produção baseada no trabalho familiar, e diz que o campesinato é um modo de produção subordinado, podendo se articular com vários outros modos de produção ditos dominantes. Otávio Guilherme Velho, também pensa dessa forma, ou seja, o campesinato como um modo de produção subordinado, e considera como elemento central para definir o campesinato é o conceito de subordinação. E essa reprodução, segundo VELHO, difere em função das formas que assume o capitalismo. Essas formas para ele são: capitalismo burguês e o capitalismo autoritário. No capitalismo burguês ou moderno "existe a possibilidade da pequena produção transformar-se em produção complexa, reproduzindo internamente as principais contradições de classe". Já o capitalismo autoritário o "campesinato não é destruído, mas é como que confinado dentro dos limites de um espaço social dado."

Diante desses autores que trabalham com o conceito de categoria, percebe-se

que as relações de trabalho no campo brasileiro são bastante heterogêneas. Apesar de algumas correntes verem o campesinato como uma categoria em extinção, o campo brasileiro prova o contrário, pois hoje uma das características do capitalismo no campo é o crescimento do campesinato em termos absoluto. Com as transformações que sofreu o campesinato no mundo, a tendência de extinção era predominante. "Na maioria, porém, o camponês adaptou-se e foi adaptado, transformou-se e foi transformado, diferenciou-se internamente, mas permaneceu indetectável como tal" (MOURA, 1986:19).

A expansão dos chamados complexos agroindustriais tem "transformado o camponês num trabalhador para o capital, sem torná-lo um operário". Um dos exemplos que temos é do Frigorífico da Sadia em Mato Grosso do Sul, onde os camponeses criam as aves e vendem para o Frigorífico para serem abatidas; outro exemplo são os plantadores de tomates em São Paulo, que vendem sua produção toda para as indústrias de massa de tomates.

Esse é o camponês definido por WANDERLEY, ou seja, o produtor que desenvolve suas atividades dentro de um espaço criado pelo capital, onde ela chama de "trabalhador para o capital". É descartada a possibilidade do capital proletarianizar a totalidade dos trabalhadores no campo. Mesmo nos países onde o capitalismo está num estágio já bem avançado, ou mesmo nos ex-países socialistas a exploração familiar não foi destruída. No Brasil, segundo WANDERLEY, o capital produziu um trabalhador não proletarianizado, que ela chama de "camponês reproduzido pelo capital".

MOURA analisa o conceito de camponês em vários trabalhos de cientista sociais e chega a conclusão de que o camponês tem várias faces: "uma delas é defini-lo como cultivador de pequenas extensões de terras, as quais controla diretamente com sua família" (MOURA, 1986:12); outra definição é do "cultivador que trabalha a terra, opondo-o aquele que dirige o empreendimento rural". Nesse caso o camponês é um produtor que se define por oposição ao não produtor. Alguns autores chegam a denominar esse pequeno proprietário rural de "camponês parcelar". Mas para MOURA, o termo camponês é repleto de conteúdos culturais e políticos, portanto não é possível omitir o conceito de camponês para falar apenas em pequeno produtor.

WANDERLEY, para reforçar o seu conceito de camponês reproduzido pelo capital, faz uma reflexão em cima da grande propriedade. A expansão do capitalismo no campo brasileiro se deu tendo como base a grande propriedade, que na verdade é uma herança colonial e que hoje ainda é favorecida por parte do governo, com incentivos

fiscais e financeiros. É também uma herança colonial se apropriar da força de trabalho não proletarizada, pela grande propriedade. São camponesas que têm sua parcela de terra, que são cultivadas algumas culturas para a sua subsistência, e vende parte de sua força de trabalho para a grande propriedade. Essa venda temporária da força de trabalho é para garantir a sua reprodução nesse duplo espaço.

A pequena propriedade existe desde a época do Brasil colonial, mas com características parecidas com as de hoje. Não existia título jurídico para a pequena propriedade, apenas para a sesmaria. O camponês não tinha muita opção para escolher: ou trabalhava na grande propriedade ou ocupava terras distantes e isoladas. É nestas condições que a agricultura camponesa, fugindo da grande propriedade consegue manter um nível de consumo próximo do mínimo vital. A partir do momento que a grande propriedade vai avançando e englobando "novas" terras, entre em conflito com essa população já instalada; o que o camponês faz? Ou se incorpora ao latifúndio ou sai em busca de novas terras, como mostra a fala de um colono que migrou para Rondônia:

"Pois é, nós éramos oitenta e quatro famílias. Trabalhava-mos na fazenda de propriedade do prefeito de Toledo no Paraná. Ele tinha dois mil alqueires de mata na fazenda. Ele fez contrato com nós de que nós derrubávamos o mato e plantávamos durante três anos. No final do primeiro ano, quando nós íamos colher a primeira plantação, ele mandou avisar que ia passar a máquina e plantar mais soja. A "força" e os advogados estão sempre com eles. Logo tivemos que vir para Rondônia. Nós e muitas famílias que foram expulsas da terra da fazenda". (CALVENTE, 1980:45).

Os Projetos de Colonização tanto oficial como particular, já trazem em seu bojo esse conflito, pois nesses projetos já está contemplada a grande propriedade, muitas vezes quando esse colono chega ao local a grande propriedade já está esperando-o. Temos em Ariquemes/RO, dois projetos assentados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), onde em uma área foram assentados colonos e o tamanho da propriedade não ultrapassa cem hectares. E ao lado estão assentados os médios proprietários, onde o tamanho da propriedade varia de quinhentos a hum mil hectares. O que ocorre com frequência é que esses pequenos proprietários vendem parte de sua força de trabalho nos lotes desses ditos médios proprietários. A situação desse colono que chega à Amazônia, nesse caso, em Rondônia, é diferente das outras migrações que esse colono já fez, pois na Amazônia ele encontra uma floresta densa e desconhecida, e muitas vezes ele entra em conflito com populações já existentes no local, como os seringueiros que

são pequenos agricultores e os índios. No caso dos seringueiros ou foram para as cidades ou para outros seringais e um número bem reduzido foram "contemplados" com os Assentamentos realizados pelo INCRA, já os índios tiveram seu território reduzido.

As diferentes culturas e o modo de como esse colono vêem a terra é bem diferente das populações já existentes no local. O colono recém chegado na Amazônia trata de fazer a derrubada e queimada da floresta para fazer sua roça, nessas derrubadas e queimadas foram destruídas muitas seringueiras e castanheiras para dar lugar a outras culturas que, em alguns casos, não se adaptam ao tipo de solo e de clima da região Amazônica. Já a população da região trabalha com os produtos da floresta sem precisar destruí-la. Ou seja, são duas formas de olhar e produzir o mesmo espaço.

WANDERLEY trata também da produção e da comercialização dos produtos da Unidade Camponesa, que para alguns estudiosos do campo essa lógica de produção camponesa não está muito clara, e acham o camponês um ser incapaz de produzir o suficiente para atingir a sua auto-suficiência. CHAYANOV chama isso de balanço entre TRABALHO e o CONSUMO, isto é, o esforço exigido para a realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades da família, e a relação entre Trabalho e Consumo é definida internamente ao nível da própria família. Ou seja o camponês trabalha em cima do limite ótimo para satisfazer as suas necessidades, não existindo a auto-exploração. Essa é a lógica de produção camponesa explicada por CHAYANOV, e que, portanto deve ser entendida como tal. Se for explicada pela lógica do capital o tempo vai ser outro: do relógio, e não mais o tempo cultural que não é controlado pelo relógio.

O que o camponês comercializa nem sempre é o excedente e sim a forma que os permite adquirir os produtos e instrumentos de trabalho que ele não produz. Mesmo que esse camponês tenha a liberdade de administrar o seu próprio tempo e de cultivar qualquer cultura, ele não escapa do controle do capital externo, através do mecanismo de mercado: tipo de cultura, forma de comercialização, localização da força de trabalho etc. Neste processo o camponês tende a especializar sua agricultura, cultivando e concentrando esforços aos produtos que tenham preço no mercado, isso faz com que o pequeno produtor acentue suas relações com o mercado. Mas não deixando de produzir para o consumo, embora sua atividade principal esteja destinada ao mercado.

Sabemos que a propriedade privada da terra é condição fundamental para o

trabalho e familiar e sua reprodução enquanto camponês. Mas no Brasil tem muito camponês querendo entrar na terra para trabalhar, e os que já têm terra, muitas vezes ela não é suficiente para comportar a Unidade de Produção Familiar, ou seja, o limite do seu lote está sendo incapaz de garantir a sua sobrevivência. E para se reproduzir o camponês tem que vender sua força de trabalho na grande propriedade, ou na cidade, no caso de outros membros da família que não seja o chefe da família, para adquirir novas terras e garantir a sua reprodução enquanto Unidade de Produção Familiar.

Sendo assim, "o camponês ocupa um estreito espaço limitado pelo capital, nessas condições ele é impedido de acumular; é por isso que ele é reproduzido, um delimitado agente necessário da acumulação, que se realiza a partir do seu sobre trabalho, mas fora de sua Unidade de Produção e não em seu próprio proveito" (WANDERLEY, 1979:74).

A autora admite que dentro do campesinato brasileiro, algumas Unidades familiares estejam empregando tecnologia acima da média e com isso estão se capitalizando, mas para ela essa parcela do campesinato está longe de se tomar um "farmer" americano.

O campesinato no Brasil se manifesta de diversas formas e situações, que apesar da especificidade de cada situação o camponês guarda uma base comum no que se refere a sua condição de existência, interesse e objetivos; que é de ter acesso as terra, se reproduzir enquanto camponês, administrar o seu tempo que não é o tempo do relógio e sim o tempo cultural. É essa lógica que precisa ser entendida e respeitada como tal, e talvez essa justifique o intenso movimento migratório em busca da fronteira de terras "livres". MARTINS considera que "as histórias dessas migrações são histórias épicas. São histórias de expulsão da terra, da chegada das grandes fazendas, na necessidade de ir adiante procurar um novo espaço, fazer um novo rancho, derrubar a mata, queimar e coivarar o terreno, fazer a roça e esperara chuva, a colheita, o grileiro, o jagunço, o oficial de justiça, o soldado, a expulsão para mais adiante, para começar de novo". (MARTINS, 1981:121).

Para alguns autores, a busca da fronteira de terras "livres" já se esgotaram, o que existe agora é um movimento inverso de migração, ou seja, os camponeses estão voltando para suas regiões, estão exigindo terras nos seus Estados e não querem terra em outro lugar.

BIBLIOGRAFIA

CALVENTE, A.T. **Formações Não Capitalistas no Movimento de Ocupação na Amazônia: Colonização em Rondônia**-1970a 1980. Dissertação de Mestrado, Mimeog. Brasília, 1980.

- MARTINS, J.S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. RJ, Vozes, 1981.
MOURA, M.M. **Camponeses**. Ática, SP, 1986.
OLIVEIRA, A.U. **Modo Capitalista de Produção Agrícola**. São Paulo, Ática, 1987.
WANDERLEY, M.N.B. **O Camponês: Um Trabalhador para o Capital**. SP, Mimeo, 1979.
CHAYANOV Alexander. **La Organización de la economía**. Campesina. Buenos Aires. MNueva Vision. 1974
PALMEIRA, Moacir. **Casa e Trabalho: nota sobre as Relações Sociais na Plantation Traditional**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2 (2): 104, Nov, 1977
VELHO, Otavio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesino: um estudo comparativo a partir da Fronteira em Movimento**. Difel, São Paulo, 1976.
PRADO JR, Caio. **A Revolução Brasileira**, São Paulo, Brasiliense, 1970.

- **MARIA DAS GRAÇAS SILVA NASCIMENTO SILVA** . Mestra em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, Pesquisadora do Centro do Imaginário Social e Laboratório de Geografia Humana e Planejamento Ambiental.

MITO E LUGAR - Parte II

JOSUÉ COSTA *

RESUMO: Utilizaremos, no desenvolvimento desse trabalho, o vocábulo "Mata" que equivale à compreensão e uso que o ribeirinho faz do termo. Para ele, a mata é uma definição de familiaridade, proximidade e intimidade que marca suas relações com o meio em que vive. É também para o ribeirinho um espaço já identificado, mapeado. Na mata já se sabe quais são os tipos de árvores que se desenvolvem, já se sabe quantas castanheiras existem, onde estão as copaibeiras, onde estão os caminhos de anta, paca etc. Mata é um termo que reconhece a floresta com seus segredos, seus mistérios.

PALAVRAS – CHAVE: Compreensão, Vocábulo, Desenvolvimento, Mata.

ABSTRACT: We will use in the development of this work, the word "Kills" which equates to the understanding and use of the term makes Riverside. For him, the forest is a definition of familiarity, closeness and intimacy that marks its relations with the environment in which you live. It is also for the Riverside area already identified, mapped. In the Woods we know what types of trees that grow, we know how many chestnut trees exist, where are the , where are the paths of anta, etc. Mata is a term that recognizes the forest with their secrets, their mysteries.

KEYWORDS: Comprehension, Word, Development, Kills.

Caracterizada pela forma rotineira de ocupação da Amazônia até meados deste século, os moradores do Cuniã reafirmam suas raízes indígenas para comprovar a legitimidade de sua permanência no local. Seus códigos étnicos, morais e culturais que constituem a formação de "seu lugar". É o "lugar" que estes moradores lutam para manter.

Utilizaremos, no desenvolvimento desse trabalho, o vocábulo "Mata" que equivale à compreensão e uso que o ribeirinho faz do termo. Para ele, a mata é uma

definição de familiaridade, proximidade e intimidade que marca suas relações com o meio em que vive. É também para o ribeirinho um espaço já identificado, mapeado. Na mata já se sabe quais são os tipos de árvores que se desenvolvem, já se sabe quantas castanheiras existem, onde estão as copalbeiras, onde estão os caminhos de anta, paca etc. Mata é um termo que reconhece a floresta com seus segredos, seus mistérios.

A mata necessita ser "amansada", ou seja, conhecida, codificada e desmistificada, caso contrário, a mata, mata. Quando o homem encontra pela primeira vez a mata, ele, o homem, precisa ser "amansado". Ele é um "brabo", não possui experiências, não tem paciência, não sabe nada sobre os segredos de andar na mata e geralmente se desespera. É necessário um rigoroso aprendizado. Não é somente a sua locomoção que irá se definir, mas também a sua capacidade de prover a alimentação. Quando o homem já tinha experiência do viver na mata e chegava em uma localidade desconhecida, era a mata que necessitava ser amansada, mostrar seus mistérios, seus perigos.

Em Cuniã, situava-se o seringal Cuniãzinho que esteve em atividade até meados da década de sessenta. Para compreender o modo de vida que seus moradores levam hoje, faz-se necessário falar da época dos seringais. Assim, é possível se compreender como se efetivou a ocupação dessa porção ocidental da Amazônia, em função da borracha. Nenhum espaço é auto-explicável, a necessidade de se reportar à época da ocupação, a importância da economia da borracha, tudo isso deixou marcas no modo de vida dos moradores e está incorporado na construção espacial.

Os seringais:

A economia da Amazônia entrou em decadência desde fins do século XVIII. Isto porque o engenhoso sistema de exploração da mão-de-obra indígena estruturado pelos jesuítas mostrou-se ineficiente. Como resultado, Furtado evidencia que:

“Em pequena zona do Pará se desenvolveu uma agricultura de exploração que seguiu de perto a evolução da maranhense, com a qual estivera integrada comercialmente através dos negócios da companhia de comércio criada na época de Pombal... A base da economia da bacia amazônica eram sempre as mesmas especiarias extraídas da floresta que havia tornado possível a penetração jesuítica na extensa região. Desses produtos extrativos o cacau continuava a ser o mais importante. O aproveitamento dos demais produtos da floresta deparava sempre com a mesma dificuldade: a quase inexistência de população e a dificuldade de organizar a produção com base no escasso elemento indígena local...” (FURTADO, 1963:161)

Até o último quartel do séc. XIX, a situação econômica descrita não sofreu grandes modificações, no entanto, o mercado internacional necessitando de borracha para fabricação de pneus vai provocar mudanças significativas na produção do espaço da Região Amazônica.

Desse modo, objetivando suprir a falta de mão-de-obra, a Amazônia conheceu no último quartel do século XIX e início do século XX um grande movimento de população procedente da Região Nordeste. Sendo a borracha, na época, eminentemente um produto extrativo e, estando o estoque de árvores então existentes concentrados na bacia amazônica, o problema de como aumentar sua produção para atender a uma procura mundial crescente se afigurava extremamente difícil.

Os dados disponíveis com respeito ao fluxo migratório para a região Amazônica, durante essa etapa, são precários e se referem quase exclusivamente aos embarques em alguns portos nordestinos.

A situação do nordestino que chegava à Amazônia era uma situação de eterno endividamento, pois via de regra obrigavam-no a reembolsar os gastos com totalidade ou parte da viagem, com os instrumentos de trabalho e outras despesas de instalação. Para alimentar-se, dependia do suprimento que, em regime de estrito monopólio, era controlado pelo mesmo empresário com o qual estava endividado e que lhe comprava o produto. As grandes distâncias e a precariedade de sua situação financeira reduziam-no a um regime de servidão. Entre as longas caminhadas na floresta e a solidão nos "tapiris" (pequeno casebre coberto de palha com o assoalho suspenso do chão e feito de pachiuba que é uma palmeira comum na Amazônia que era aberta em quatro partes e batida formando uma tábua, a tapera (tapiri) tinha apenas uma divisão revestida de palha. O seringueiro, ao chegar, construía a cozinha e a casa de defumação do látex.) rudimentares onde habitavam, esgotava-se sua vida, num isolamento que talvez nenhum outro sistema econômico haja imposto ao homem. Ademais, os perigos da mata e a dura jornada de trabalho encurtava sua vida, principalmente em relação aos primeiros migrantes nordestinos.

Os planos do imigrante nordestino que seguia para a Amazônia seduzida pela propaganda fantasiosa dos agentes pagos pelos interesses da borracha, ou pelo exemplo das poucas pessoas afortunadas que regressavam com recursos, baseavam-se nos preços que o produto havia alcançado em suas melhores etapas. Ao declinarem estes de vez, a miséria generalizou-se rapidamente. Sem meios para regressar e na ignorância do que realmente se passava na economia mundial do produto, lá foram ficando. Obrigado "a completar seu orçamento com recursos locais como por exemplos a caça e a pesca." (FURTADO, 1963:168)

Vale salientar que a ocupação da região pelos imigrantes nordestinos vai ocorrer numa área altamente povoada por grupos indígenas e caboclos.

A ocupação do Cuniã está relacionada com a história da borracha, datando do final do século passado, com os nordestinos e amazonenses penetrando na floresta em busca de trabalho nos seringais. As famílias de seringueiros foram levadas para a área pelos donos de seringais. Na área, encontraram um povo indígena denominado "moura". (Na região do baixo Madeira, viviam dois grupos indígenas: os Parintins e os Mura, a quem a população irá chamar "Moura") e, ao que tudo indica, o contato foi conflituoso, resultando na morte ou fuga dos índios. Assim, chegam ao final do séc.XIX os primeiros seringueiros que, patrocinadas pelos seringalistas, entram em conflito com os índios Mura que serão eliminados não só do vale do Rio Madeira, mas também dos Rios Negro e Solimões.

Até meados do século XIX a população que habitava na área de Cuniã pertencia à tribo da grande nação "Mura" (Nação indígena que habitava a área de Cuniã nos séculos XVIII e XIX, cf. Nimuendajú, C. (1925) in: Textos Indigenistas. SP. Loyola, 1982. e Moreira Neto, C.A Índios da Amazônia: de Maioria a Minoria. Petrópolis, RJ. Vozes, 1988) estimada em cerca de 60.000 índios por volta de 1826, eles serviram-se do Rio Madeira, procurando suas margens baixas e lagos adjacentes para fixarem suas habitações.

Os grupos indígenas existentes na Amazônia pagaram um preço terrível ao rápido processo da indústria extrativa da borracha e outros produtos da floresta. Desses, nenhum outro grupo pagou um preço tão alto quanto os Mura que sofreram um processo contínuo de expulsão e extinção:

O decréscimo numérico da população Mura pode ser estimado pelo confronto das avaliações do século XVIII e inícios do século XIX (Martius e outros), com os números apresentados pelo governador Albuquerque de Lacerda, em 1864, quando não excederiam 3.000 indivíduos, e pela contagem de Nimuendajú, em 1926, que relacionou 1.390 Mura em 26 aldeias do Madeira, do Autazes e do Urubu, com a admissão de um total máximo de 1.600 índios (Moreira Neto, ibidem: 113)

Apesar de sua extinção enquanto nação indígena, os Mura ainda fazem parte do Cuniã, através das histórias que contam os moradores; de suas representações simbólicas e míticas, de suas vidas cotidianas e no trato como meio ambiente. Assim,

... o número de índios era pequeno, foi limitando, foi acabando, mas houve cruzamento de Mura com civilizado, quer dizer: esse Mura, foi se acabando sem ninguém perceber. De repente só existia civilizado no Cuniã. Eu mesmo tenho

parente casado com Mura, só que hoje os filhos não são mais índios, mas é evidente que foi, porque a mãe era índia... (ex-seringalista, 1990)

Embora o processo de extinção dessa nação fosse contínuo, os Muras preservaram-se através da memória coletiva, enquanto referência temporal que os indivíduos utilizam para marcar sua legalidade na posse e permanência no lugar, quando ameaçados de expulsão.

Em alguns documentos colhidos por Moreira Neto, os Mura são descritos como indivíduos de cor mais aproximada ao cobre, cabelos corridos e pretos, estatura entre mediana e alta, de formas bem proporcionadas e desenvolvidas. As mulheres, de grande elegância e beleza. Pintavam mais o corpo do que o rosto e em alguns agrupamentos Mura havia o costume de furar as orelhas e nariz para colocar adornos de penas de aves (Moreira Neto, 1988:258).

Os traços físicos e culturais dos moradores são muito fortes em relação aos Mura. Os moradores que vivem nessa área, em sua maioria, são resultados da miscigenação dos migrantes nordestinos com os Mura. Este choque de raças resultou num conhecimento que reflete a sua forma de pensar e agir nesse ambiente.

Mesmo sendo uma área formada por antigos seringais, os moradores não exercem mais o extrativismo da borracha, pois essa atividade "não paga a pena" economicamente. O declínio da borracha leva muitas famílias a deixar o Cuniã. Os que permanecem, fixam residência definitiva e paulatinamente têm que modificar seu modo de vida, passando para a atividade de pesca, coleta de produtos da mata e agricultura em pequena escala, voltada basicamente à subsistência. A mudança de atividade não causou grandes transtornos à população, porque a decisão era a de ficar no local.

Se para os seringueiros essa mudança de atividade não foi dolorosa, para os seringalistas vai ocorrer o contrário. Influenciado por vários fatores, o impulso econômico que obteve a borracha amazônica por volta da segunda guerra mundial, vai perdendo sua força e com isso, leva consigo o poder dos "coronéis de barranco" (Denominação dada aos seringalistas, os donos de seringais, referência aos mandonismos que exerciam pela absoluta ausência de garantia dos direitos individuais. Os seringalistas assumiam o papel de juízes, delegados e executores, suas determinações eram inquestionáveis, exerciam sobre as pessoas que viviam em seus domínios o poder da vida e morte. Como a maiorias das sedes dos seringalistas estava próxima de um rio que auxiliasse o escoamento dos produtos, em alguns períodos do ano, com nível do rio baixo, apareciam os barrancos, "o barranco do

coronel".) A nível local, alguns fatores irão pôr em xeque as atividades extrativas do látex. Na década de 60 há um grande desenvolvimento das atividades garimpeiras de cassiterita, com a descoberta de ricos veios em áreas de seringais. O seringalista não teve poder para barrar o avanço dos garimpeiros e nem impedir que seus seringueiros (os seus fregueses) mudassem de atividade. Por outro lado, a própria ação governamental passou a dar outro tratamento aos seringalistas, incentivando a expansão dos fazendeiros e provocando a desapropriação dos seringais. A sustentação econômica dos seringalistas também começou a ruir, o Banco da Borracha passou a patrocinar o fim do monopólio dos "coronéis de barranco", desmontando o modelo de negociação da borracha onde o seringalista recebia o financiamento do banco e tinha como garantia o produto do "fábrico"(Período que corresponde a produção do látex em uma safra. O seringalista estipulava uma quota mínima que seus seringueiros deveriam apresentar no fabrico. A partir dessa perspectiva de produção, dirigia-se ao Banco da Borracha para negociar os empréstimos). Era necessário possuir seringal para usufruir de tal benefício. O Governo Federal vai conseguir desarticular os seringalistas, financiando os especuladores, os chamados "clandestinos" (comprador de borracha que não possuía seringal, especulador) que darão um retorno ao banco mais rápido e pagando um juro maior. Começa a ruir a base do poder dos seringalistas que eram os coronéis de barrancos, os mandões e os senhores absolutos da Lei e da vida ou morte dos seringueiros. É o início de uma nova ordem econômica para a Amazônia:

...o que põe fim nos seringais é o seguinte, isso é fácil de explicar: na época, nós trabalhávamos com o Banco da Borracha, o Banco da Lavoura. E o que é que o Banco fez? Passou a financiar os especuladores, financiou esse povo para comprar borracha. Na época nós tocávamos nossos seringais, havia respeito muito grande, eu só comprava borracha do meu freguês, o meu vizinho não comprava borracha do meu freguês nem eu comprava do dele. Havia um respeito muito grande nesta área, todo mundo vivia. Os clandestinos não podiam entrar para comprar borracha de alguém lá, se entrasse a borracha ia ser tomada. Quando o Banco financiou os clandestinos, ele acabou com esse respeito, porque o clandestino pegava o dinheiro do banco e dentro de um mês restituía ao banco e nós pagávamos por ano, a gente recebia o dinheiro em março e só em março do próximo ano é que nós entregávamos a borracha no banco, quer dizer, era sólido, era seguro. Nós mantínhamos nossos seringueiros lá, inverno a verão, dez, quinze, vinte anos e não precisava eles saírem... (ex-seringalista do Cuniã, proprietário do seringal Cuniãzinho, 1990)

A presença dos seringalistas fornecia aos seringueiros, em suas "colocações" (Local em que era construída a casa para o seringueiro morar e tinha as estradas de

seringa para ele trabalhar. A principal obrigação do seringueiro era na coleta do látex, entretanto, alguns utilizavam seu dia de folga para fazer pequenos plantios de mandioca, banana ou fruteiras. Este plantio, embora não tivesse segurança dos resultados, pois poderia mudar de colocação à qualquer momento, ajudava-o a livrar-se de consumir alguns produtos do barracão), a manutenção básica como alimentação, vestuário, munição e, em alguns casos, o apoio para deslocamentos para tratamento de saúde. Com sua saída, novas formas de sobrevivência foram desenvolvidas e Cuniã oferecia outras opções:

...então esse pessoal, esses pioneiros, eles não exploravam a floresta, não desmatavam não plantavam, eles viviam era do peixe mesmo, para eles estava tudo bem... (Idem).

Os seringueiros tiveram que se adaptar ao novo universo que era o "viver na mata", descobrindo paulatinamente todos os seus segredos: a forma correta de extrair o látex, o conhecimento das frutas comestíveis e o próprio sobreviver na mata.

Foi toda uma fase de aprendizado em relação ao meio ambiente. Esse aprendizado se dá desde os primeiros contatos com a mata. Ainda está na memória dos antigos seringueiros a velha machadinha que era utilizada para golpear nos troncos das seringueiras a fim de coletar o látex. Só que este processo causava danos irreparáveis às árvores, que lesionadas em seu caule, diminuía a produção e até extinguíam-se. Foi necessário aprender como fazer o corte correto. Vale salientar que quanto a esse aprendizado, estou me referindo principalmente aos nordestinos que passam a vivenciar uma paisagem que se apresenta com uma vegetação estranha em relação à paisagem nordestina. A informação que o nordestino recebia apenas constava das facilidades de extrair a borracha, ganharem dinheiro e a voltar triunfalmente para seu local de origem. Alguns passaram por uma fase de adaptação ao trabalho de coleta e manejo de seus instrumentos. Mas a maioria foi chegando e sendo encaminhada para suas colocações, assumindo parte quota de produção.

Alguns seringais adotavam uma prática de "amansamento" e deixavam com o seringueiro nordestino um seringueiro "manso", ou seja, um conhecedor do corte, da defumação, do andar na mata. Geralmente, era um amazonense. Mesmo assim, muitos nordestinos viveram um bom tempo assombrados, habitando uma mata onde não se via o sol, fugindo de barulhos que não conheciam. Outros morreram com a queda de árvores, na coleta da castanha, devorados por onças ou picados por cobras venenosas. A vida de um seringueiro "brabo" era ameaçada por inúmeros perigos que não perturbavam os mansos. A transição do "brabo" para o "manso" demorava em

média um ano. Após essa fase, o seringueiro já sabia proteger-se na mata e prover seu alimento, com a caça. Em Cuniã, a presença de nordestinos é marcante e eles vão passar pelas mesmas adaptações que seus conterrâneos de outros seringais.

Particularmente em Cuniã esse aprendizado irá estender-se ao longo de quase cem anos. É um período em que as atividades extrativas da borracha atingem seu apogeu e extinguem-se, fazendo com que muitos saíssem do local. Os que ficam, procuram outros meios de sobrevivência econômica, dedicando-se à pesca, agricultura ou coleta de alguns produtos oferecidos pela mata.

O potencial extrativista proporciona a sobrevivência econômica no período da entressafra da pesca. Assim, os moradores coletam vários produtos oferecidos pela mata como o próprio látex, óleos vegetais, copaíba e andiroba, várias espécies de cipós com os quais tecem seus cestos, peneiros e outros artefatos utilizados no seu dia-a-dia. A pesca do pirarucu é permitida no período de maio a outubro e garante algum rendimento aos moradores. O período da entressafra da pesca do pirarucu é de novembro a abril. Quando chega essa fase, a comunidade volta suas atividades para a coleta da castanha-do-brasil e outros produtos alimentícios oferecidos pela mata como o açaí, a pupunha, a bacaba, o patoá e outros produtos coletados sem que ninguém ocupe o papel de intermediário entre a coleta e o consumo. A tudo isso soma-se o pescado, principal fonte protéica dos moradores.

A população terá sua tranquilidade perturbada no início da década de 80, quando o Governo Estadual, através da extinta Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), decide criar nesse local uma Reserva Ecológica. Começa, assim, o período em que os moradores passam a conviver sob constantes ameaças de expulsão.

Antes desse momento de intervenção governamental, a população vivia segundo os códigos construídos desde os tempos dos indígenas, passando pelos novos termos introduzidos pelos seringueiros e pelos códigos criados pelos pescadores, os ribeirinhos enfim.

Examinaremos a seguir, como as regras, códigos, sistemas classificatórios tornam-se condutores de uma forma de conhecimento transmitido e renovado e como este reage à introdução de valores externos a essa população tradicional.

O CONFLITO:

Em 1981, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA (que em nível federal era subordinada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano-MDU), entra no Programa de Desenvolvimento Integrado do Nordeste do Brasil -POLONOROESTE. O objetivo era criar cinco unidades de conservação ambiental no Estado, a fim de

minimizar o impacto ambiental causado pela implantação dos projetos de colonização. O que entra em jogo é, na verdade, a implantação de um novo modelo de preservação ambiental concebido por agências internacionais. No início da década de oitenta, esse modelo de preservação aponta sua prioridade para a natureza: a árvore, o jacaré, o rio são vistos como prioridade.

O impacto ambiental causado pelos projetos de colonização foi de ação extremamente danosa ao meio ambiente, entretanto, a própria ação do governo exigia isto, pois somente obtinha o título da terra quem comprovadamente fizesse benfeitorias. O desmatamento é considerado "benfeitoria". Tardamente, há uma preocupação de manter áreas de reserva. Entram em cena personagens que até então não tinham merecido a devida atenção do Governo: os índios, os seringueiros, os ribeirinhos, enfim, os chamados "povos da floresta". Desses grupos sociais, somente os ribeirinhos ficaram à margem das discussões a respeito do meio ambiente.

A área de Cuniã estava inserida em um projeto de desenvolvimento governamental, que procurava formar no vale do Rio Madeira a jusante de Porto Velho, uma grande área de pastagem, objetivando a formação de uma bacia leiteira que abastecesse a capital do Estado. Esse é um projeto que o INCRA estará empenhado em desenvolver no início da década de 80, e a Gleba Cuniã seria loteada para fins pecuários.

Tal projeto mantinha grande expectativa para com a BR-319 que liga Porto Velho a Manaus, visto que as vias de transportes eram pelas águas do Rio Madeira ou pela BR-319 que receberia as diversas estradas vicinais. A BR-319 estava inserida no grande plano de desenvolvimento regional como a alternativa mais viável e rápida para o escoamento da produção.

Entretanto, alguns fatores (se foram observados), não foram levados em consideração tais como: a população existente, a economia extrativa, o potencial extrativo, as características morfológicas da área, a oscilação das águas, a fragilidade dos solos, só para citar alguns. Tratou-se da área como se em Cuniã não houvesse populações tradicionais, as influências do Rio Madeira foram menosprezadas.

Dentro do grande projeto havia o plano de se criar uma área de proteção ambiental, tendo sido escolhido Cuniã que com suas dezenas de lagos apresentava uma beleza cênica sem igual, um criadouro natural de peixes, inúmeras espécies de aves e outros animais que precisavam ser preservados. Quanto à população de pescadores existente no local, o planejamento estatal não se esqueceu: resolveu

que todos receberiam uma indenização e sairiam de Cuniã para que a natureza fosse "salva".

Começa dessa maneira o embate entre SEMA e moradores. De um lado, uma equipe de tecnocratas envolvidos em "preservar" a natureza, no entanto, sem sensibilidade para enxergar o grupo humano que há muito vivia naquele local; do outro lado, havia o estranhamento daquelas pessoas que viam o Estado tratar com mais respeito e condescendência os jacarés e as piranhas do que os homens da terra.

Para a SEMA não havia embate, tanto que iniciou junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA um processo de desapropriação, solicitou ajuda da policia, que armados passaram a intimidar a população, inclusive dando tiros para o alto. Com isso algumas famílias aceitaram a indenização, partiram e suas casas foram derrubadas.

Os que resolveram ficar fundaram a Associação dos Moradores de Cuniã - ASMOCUN - e encaminharam sua luta politicamente. As estratégias da SEMA foram no sentido de abalar a organização que começava a se formar e a primeira providência foi a de adquirir o terreno onde ficava a capela de Nossa Senhora de Fátima, padroeira da localidade e ponto de encontro da comunidade:

...somos vítimas de ameaças pela ex- Secretaria do Meio ambiente, numa tentativa de nos destruir e expulsar esta comunidade. Jamais alguém sofreu tamanha humilhação e violência no Brasil: a Igreja de Nossa Senhora de Fátima, elemento mais importante de nossa cultura, foi demolida e incinerada para dar espaço às construções da SEMA... (Correspondência da ASMOCUN enviada para O presidente da República, IBAMA, lideranças da Assembléia Legislativa em 25/05/1989)

A padroeira representava simbolicamente o lugar, que ao ser destruído e ocupado pela SEMA, vem acarretar a revolta contra a dessacralização, conduzindo a crença na punição divina. Alguns moradores atribuem a esse episódio, o surto de malária, meningite e verminose que o lugar passou a apresentar. A SEMA, em termos simbólicos, toma-se o profanador do lugar. A repercussão emocional no grupo foi intensa, foi a "pior coisa do mundo".

A demonstração de força e poder estava estabelecida, no local da capela foram construídas três casas em alvenaria, sendo que duas seriam residências para os funcionários da SEMA e a outra, com vários quartos, banheiros internos, cozinha, depósito, sala de estar, destinada a pesquisadores. Contudo essa casa tem servido muito mais para receber comitivas do Governo, para passeio de finais de semana do que para abrigar pesquisadores.

A outra atitude tomada pela SEMA foi a de designar como fiscal do local a

família de um morador de Cuniã, que havia recebido indenização. Isso acirrou ainda mais o debate interno, pois esse funcionário não era mais visto como morador e passou a usufruir de toda a infra-estrutura que a Secretaria mantinha no local, como motor de luz, casa de alvenaria, voadeira, combustível, rádio amador etc. Essa volta é entendida por esse morador e sua família como um rompimento com toda sua história anterior, pois agora ele não é mais morador e sim fiscal. A comunidade o vê como um intruso e vigilante. É o "olho" da SEMA, hoje IBAMA, a vigiá-los.

A atuação da ASN OCUN foi fundamental para a organização e permanência da comunidade em Cuniã. Ela atuou em vários níveis: organizou trabalhos de multirão para a limpeza do igarapé, retirando árvores que impediam a passagem; formou grupos de trabalho para fazer um "pique" (caminho feito na mata à base de terçado, muitas vezes esses piques são quase imperceptíveis aos olhos menos acostumados pois ao entrar na mata, vão cortando os cipós que fecham o caminho, vão deixando pequenos golpes em troncos de árvores dobram alguns galhos, assim, ficam registrados marcas de orientação para a volta, isto se precisar voltar pelo mesmo lugar. Outros tipos de piques são estreitos caminhos em que limpam os cipós e pequenas árvores) que ligasse Cuniã à comunidade de São Carlos; grupo de trabalho para a construção e manutenção do campo de futebol; grupo de trabalho para fiscalização dos lagos; reuniões de avaliação da situação. Outra atuação da ASMOCUN foi junto às comunidades adjacentes que foram convidadas para discutir o problema que enfrentavam. O convite foi feito de forma muito sutil: a Associação conseguia em Porto Velho alguns troféus e organizava torneio de futebol (aí estava a importância de haver grupo de trabalho responsável pela manutenção do campo). Chegavam grupos de várias comunidades durante os finais de semana para a disputa e, simultaneamente ficavam informados do que se passava em Cuniã.

O apoio das outras comunidades não se deu de forma completa, pois sempre havia invasões de pescadores de outras comunidades na várzea de Cuniã, os quais entravam em choque com os grupos de fiscalização por pescarem em períodos de desova ou usarem equipamentos proibidos como malhadeira, rede, "pesca de facho" (esta é uma pesca noturna, os pescadores saem de canoa e ficam iluminando com a lanterna (o facho de luz) e encontram os peixes próximo à lâmina d'água, então utilizam o terçado ou a zagaia -que são pontas metálicas presas a uma vara feita com o caule do assaí-. Esse tipo de pescaria foi abolido pelo moradores de Cuniã porque espanta os peixes e muitas vezes há a captura de peixes pequenos) ou estarem pescando comercialmente.

Quando esses pescadores clandestinos se encontravam com os moradores de Cuniã, seus instrumentos de pesca eram apreendidos e sempre motivo de denúncias às autoridades de Porto Velho:

...diariamente visitamos o local, evitando a ação criminosa dos destruidores da natureza, é fácil a penetração à várzea. São mais de cem famílias que moram na margem do Rio Madeira que têm-na aos fundos, com menos de quatro quilômetros. As quais não têm consciência e amor à natureza. Usam utensílio de pesca predatórias, capturando alevinos e peixes adultos em época da desova... (correspondência ASMOCUN, 1988)

...As comunidades adjacentes (Primor, Terra Caída, Santa Júlia, Santa-Luzia e Bom-será) têm a várzea do Cuniã aos fundos usufruem ao longo dos anos do pescado existente, entretanto, não possuem consciência de preservação e da importância que o meio ambiente tem para suas existências. Pescam de malhadeiras, capturam filhotes de pirarucu, fazem queimadas na vegetação... (Correspondência ASMOCUN, 1988)

Por essas razões, as relações de Cuniã com outras comunidades não eram as melhores e assim trataram de agir em busca de apoio, mas muitas pessoas, não compreendiam bem a questão e havia opiniões divergentes: enquanto alguns achavam que Cuniã deveria ser reserva e que os moradores deveriam sair, pois se ficassem, Cuniã deveria ser de uso de todos, inclusive de moradores de outras comunidades, outros achavam que não deveria ser reserva, pois os moradores estavam muito bem e deveriam lá permanecer. O importante foi que a ASMOCUN conseguiu apoio de outras comunidades sem abrir mão da vigilância que fazia nos lagos.

Outra linha de atuação da ASMOCUN foi a de levar o problema para o conhecimento da população de Porto Velho e também a nível nacional, através de denúncias junto à Câmara de Vereadores, Assembléia Legislativa, contatos com Deputados Federais e até mesmo em correspondência mantida com a Presidência da República.

A atuação governamental deu-se em vários sentidos. Primeiramente, a associação entre INCRA, SEMA e polícia forçando a desapropriação e retirada dos moradores. É bom saber que não havia nenhum documento, lei ou ato governamental que legalizasse a ação desses órgãos, havia somente uma idéia inicial que fora posta em execução. Outros órgãos federais passaram a atuar em Cuniã, além da SEMA e o INCRA também a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF cada um com sua própria atuação, legislação e exigências junto aos moradores. Exigências que muitas vezes eram contraditórias e conflitantes entre esses mesmos órgãos. Essas legislações

conflituosas somente deixaram de existir porque, no final da década de oitenta, todos esses órgãos foram incorporados ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, à exceção do INCRA,

A nível estadual, um órgão que tratava dos assuntos do meio ambiente, a Secretária do Meio Ambiente de Rondônia - SEMARO, propôs e o governador assinou o Decreto Lei no. 4251 que criou a Área de Proteção Ambiental-APA. A revisão da Constituição Estadual transforma a área em "Reserva Ecológica", o que vai gerar a atuação de órgãos estaduais como a SEMARO, a Comissão Executiva dos Vales do Mamoré, Guaporé e Madeira - CEMAGUAM. O resultado é um frenesi de órgãos, normas e exigências que os moradores não conseguiam entender quais ações eram proibidas e os motivos de multa. Cada um desses órgãos apresentava aos moradores suas normas de "preservação" do meio ambiente. Depois, descobre-se que a área era de jurisdição federal e que qualquer normatização estadual seria inválida. Atualmente, o governo estadual não investe na área e exige o investimento feito em equipamentos e construções, o governo federal não investe e nem dá manutenção às construções até que se resolva o impasse com o Estado.

No meio desta indefinição dos órgãos governamentais, os moradores ficaram impedidos de trabalhar, pois não tinham segurança de em tempo hábil retirarem a colheita, não consertavam suas casas, nem construíam novas, passaram por uma fase de penúria com tantas proibições. A SUDEPE, agora uma diretoria do IBAMA, estabelece um período de pesca do pirarucu incompatível com a realidade local e do ciclo de vida dessa espécie:

...Eu não quero que saia ninguém daqui. Ninguém pode endireitar uma casa, fazer muita plantação, ninguém pode nada aqui com essa arrumação. Com pouco é porque não sai. Com pouco é porque vai sair todo mundo... Que coisa! Que confusão! Isso já deveria ter terminado de uma vez. A gente parece que vive suspenso nos ares, não sabe nem o que faça. Depois que a gente tá no que é da gente, pra sair assim, o senhor não acha que não tá certo uma coisa dessa? Há tantos anos que nós mora aqui. De premero, não havia nadado jeito que há aqui, nada, nada... Se pescava de inverno a verão e agora? já faz três mês que não é pra pescar. É tanta coisa. Agora o motor já diz que não entra mais, é proibido. Como é que pobre vai viver aqui? O motor vinha e comprava o peixe e trazia mercadoria pra todo mundo, agora tá todo mundo com falta de mercadoria. Não tem quem traga mercadoria, como é que pobre vai viver assim? Você não acha que isso é uma mal'adeza?... (moradora nascida no Cuniã, com aproximadamente sessenta e cinco anos, 1990)

A Portaria no. 15 que regulamenta a pesca do pirarucu têm duas questões incompatíveis: libera a captura do pirarucu no início de abril, época em que os alevinos medem 10 centímetros de tamanho. Se seus genitores forem pescados, os alevinos morrerão precocemente pelos predadores naturais. Por outro lado, fecha

a pesca no final de setembro, alegando a chegada da desova. Puro engano, nesse período Cuniã encontra-se no nível mais baixo de suas águas e o grande peixe procria quando a várzea inunda (...). A comunidade do Cuniã uniu-se associativamente para o questionamento e a solução dessas dificuldades... Para sanar o grave problema da Portaria da SUDEPE no. 15 propomos que fosse feita uma adequação à nossa realidade. Digamos, a pescaria do pirarucu seria aberta primeiro de maio e fechada em trinta de novembro. (correspondência ASMOCUN, 1989)

...Quem é o governo federal para nos tirar daqui? Ele não tem moral para nos tirar daqui, nós não o reconhecemos... (morador do Cuniã, 1990)

O estabelecimento do conflito entre órgãos governamentais e os moradores é o resultado de compreensões diferenciadas do meio ambiente e de um desconhecimento por parte do Governo do ciclo de vida das espécies dos animais a serem protegidos. O peixe que os moradores faziam questão de proteger é o que vai garantir a sobrevivência da comunidade através do conhecimento elaborado ao longo de décadas de convivência com a natureza, pois os moradores sabem que o pirarucu cria seus filhotes até que saibam se proteger. Se os peixes forem capturados, seus filhotes são presas fáceis dos biguás, piranhas e jacarés. Essas informações sequer foram ouvidas pelos órgãos planejadores do Estado.

Após mais de dez anos de disputa, uma dezena de famílias do Cuniã saiu da área e houve indenização. Muitos, atualmente, vêm procurando retornar como morador de Cuniã. Porém, o retorno desses ex-moradores é motivo de debate na comunidade, que divide sua opinião em aceitá-los ou não. Os que estão no primeiro grupo têm seus argumentos para a aceitação, influenciados, geralmente, por relações de parentesco. O outro grupo argumenta que esses moradores perderam o "direito" de usufruir de Cuniã. Perderam o direito à beleza do local por não terem resistido às pressões da SEMA e da polícia.

As histórias contadas sobre as pessoas que foram indenizadas serviram de exemplo e encorajamento para os que ficaram. Muitos saíram com medo dos tiros que a polícia disparou acompanhada da SEMA que trazia em mãos o documento de desapropriação para ser assinado. Com a assinatura, a SEMA encarregava-se de derrubar o barraco e a família vinha para Porto Velho esperar o recebimento no Banco do Brasil. Segundo os moradores, esse dinheiro era tão pouco que de nada lhes servia, e ainda contava a demora do recebimento no banco. Um terreno em Porto Velho ninguém conseguiu comprar com a indenização. O arrependimento foi grande. Os que fizeram visitas a Cuniã contavam que cuidavam de lotes de outras pessoas para terem onde morar. Algumas famílias passaram a negociar o seu

retomo coma ASMOCUN.

Como entender que se faça a indenização de uma terra onde as pessoas viveram e trabalharam por tanto tempo, por um valor tão baixo?

1-"Mito e Lugar" é o trabalho que apresentamos para a obtenção do título de Mestre em Ciências pela Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. José William Vesentini, defendido em 1994. A primeira parte foi publicada na Presença no. 09 c a continuação ocorrerá nos números seguintes. * Professor do Departamento de Geografia/UNIR, pesquisador do Centro do Imaginário Social, Laboratório de Geografia Humana c Planejamento Ambiental, e Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo

UM MUNDO SEM SUJEITO OU UM SUJEITO SEM MUNDO

NILSON SANTOS *

RESUMO: Este trabalho foi apresentado no I Colóquio promovido pelo Centro do Imaginário Social com o mesmo tema e versa sobre as relações entre a dinâmica sujeito-objeto e o pensamento ocidental. Em que pese todo o esforço da ocidentalidade, por buscar um mundo sem amarras e crítico que garanta autonomia criativa, que amplie seus os horizontes para a ré-simbolização plena de significados, o que criamos é a expressão de um mundo desprovido de sujeito, despojado do caráter explicativo e interpretativo. Não há lugar para a singularidade do ser social na lógica mais acabada da produção, não havendo lugar, vivemos a práxis social que prescinde de quem o cria estabelecendo sua extensão.

PALAVRAS – CHAVE: Autonomia, Interpretativo, Extensão, Significado.

Abstract : East work was presented at the Symposium promoted by the Centre I of Imaginary Social with the same theme and versa on relations between the dynamic subject-object and the Western thought Despite all the effort of, by seeking a world without tethers and critical guaranteeing creative autonomy, that extend your horizons to full astern-symbolization of meanings, what we create is the expression of a world devoid of subject, stripped of explanatory and interpretative character. There is no place for the uniqueness of being social in logic more finished production, and live social praxis without whom creates establishing their extension.

KEYWORDS: Creative Autonomy, Interpretive, outreach, meaning.

Este trabalho foi apresentado no I Colóquio promovido pelo Centro do Imaginário Social com o mesmo tema e versa sobre as relações entre a dinâmica sujeito-objeto e o pensamento ocidental

Em que pese todo o esforço da ocidentalidade, por buscar um mundo sem amarras e crítico que garanta autonomia criativa, que amplie seus os horizontes para a ré-simbolização plena de significados, o que criamos é a expressão de um mundo

desprovido de sujeito, despojado do caráter explicativo e interpretativo. Não há lugar para a singularidade do ser social na lógica mais acabada da produção, não havendo lugar, vivemos a práxis social que prescindir de quem o cria estabelecendo sua extensão.

Uma das expressões mais acabadas desta idéia nos remonta-nos ao grande mundo medieval, quando acreditávamos ser o deus do cristianismo o demiurgo, que participara de modo decisivo da criação do seu mundo. Havia a sincera crença que o nascimento de uma única folha não aconteceria sem o consentimento divino. A grande chave decodificadora para a vida e seus mistérios estaria em Deus, fundamentalmente no Deus da tradição judaico-cristã. Não havia um único espaço entre o alfa e o ômega que não fosse ocupado pelo criador, cabendo a cada um de nós o papel de criatura obediente, nessa concepção o ser social não cria, antes é criado. Neste mundo, não havia espaços para a práxis social como sujeito.

No movimento historicamente subsequente, deveria ser o momento em que definitivamente o sujeito, desgarrado da cientificidade triunfaria, afinal confiamos a este período o título geral de antropocentrismo, poderíamos supor estarmos assentando as bases para o humanismo, onde definitivamente um tipo de homem se instalaria como o centro da vontade criadora. Em que pese a frágil esperança de alguns utopistas românticos e da filosofia moderna, em atribuir a práxis social o papel de centro do mundo, a resultante final muito embora fosse criação sua, coloca o homem como refém. O meio, para conhecer e reconhecer-se, que é a ciência, toma seu espaço, submetendo-o.

Com o mundo moderno, o referendo para afirmações sobre a verdade e constatações sobre a realidade passa inexoravelmente pelos métodos da ciência, pela divisão da episteme em conhecimentos fracionáveis. Incapaz de dizer o todo, o homem ocidental contenta-se com frações, cuja somatória não representa a totalidade que satisfaça nem mesmo a nossa própria práxis social. Seu resultado nunca é igual ao ser social de expressão polifônica, multifacetado, contradição aglutinada, que se expressa caleidoscopicamente, que re-simboliza a partir das vivências significativas que se envolvam, portanto, instável e improvável, singular e único.

Em que pese a dimensão múltipla do ser social, a voz oficial capaz de referendar a realidade só pode ser encaminhada pela ciência. O dizer, se não se ampara nela, não é merecedor do estatuto de verdade, o que acaba por provocar ou paralisia inibidora, ou descrédito naquele que persistir em dimensionar algo fora da ciência, a rigor só caminhamos em direções que ela reconheça, não rompemos nada que já não esteja previsto, não criamos, mas, combinamos a partir de dada práxis

social, como se ela fosse universal e natural.

Na história da ciência e até mesmo da filosofia nos últimos quatrocentos anos, nada de novo foi estabelecido senão o que era passível de ser mensurado, ponderado, reproduzido, comprovado e comparado. A realidade do nosso mundo está contida exatamente até onde a luz da ciência e da filosofia - bem comportada - consegue atingir.

Desta maneira, o mundo ocidental prima pela inexistência do sujeito, por relações dominadas por objetos, onde tudo é objeto, vivendo sob a mesma à lógica, padecendo da mesma conceituação de qualquer mercadoria. Com os gregos, fomos submetidos a lógica do senhor, que impôs sua expressão de physis; até o fim da Idade Média, tornamo-nos objeto dos desígnios de Deus, depois refém da ciência e do capital.

Para a ciência, quanto mais se observa e compreende a natureza, mais se reconhece que por trás de todo caos, do infinito ou dos mundos finitos há uma ordem e grande organização inteligível, tanto isto é palpável que é possível ao ser social compreendê-la e dizê-la. Para os fiéis, dos mais diferentes matizes, afirmações como esta são suficientes para induzi-los a conclusão da existência do criador e a marcha pela sua procura. Para a ciência, a certeza desta verdade é satisfatória para a sua validação e de seu método como instrumento revelador do que supomos realidade, a ciência se auto institui como espécie de sacerdote, que realiza a ponte entre os segredos do universo (sagrado) e o homem (profano), mostrando-se como o caminho (o método), a verdade (veracidade das conclusões a partir do método) e a vida (único procedimento capaz de revelar as verdades universais).

O cientista quando olha para a natureza, percebem perfeições epistemológicas e estéticas, fruto deste sábio equilíbrio imputado à natureza, como se houvesse fora dele o criador de tudo, um inaugurador da gênese do universo.

Se a ciência reconhecer a práxis social como sua criadora, acabará por tornar-se sua presa, sua criatura declarada, passível de ser limitada e contraditória, tanto quanto, qualquer relação estabelecida socialmente. Não só a ciência teria neutralizado seu papel, mas acabaria por obrigar-se a historicização radical, onde o que se cria deveria se submeter também ao caráter histórico, cartográfica e temporalmente limitados, entendidos como reais dentro deste estreito patamar de cada práxis social.

Não é sem motivos que a ciência irá protelar, ou dizer-se incapaz de revelar quem é que a tudo origina, mas isto não significa que ela deixará esta questão em aberto, antes imporá a si o desafio de desvendar este mistério, de dentro dos

pressupostos metodológicos por ela definidos, o que implica que a descoberta no mínimo não poderá destruí-la, garantindo seu papel religioso de religar o homem e o mistério da criação. Neste contexto a práxis social é mera coadjuvante, ovelha do rebanho da ciência, devedor como sempre.

No mundo grego, fomos devedores por não termos a honra, a dignidade e a índole do senhor, que carregou o árduo fardo da escolha entre o bem e o mal, já que ao restante não cabia escolha, mas a sobrevivência, só era possível por à prova a fidelidade do servo, que só seria digno de elogios, e estaria livre do castigo, se cumprisse bem seu destino de servir ao seu senhor.

No mundo cristão, fomos devedores por não termos respeitado o pacto no paraíso, desobediência suficiente para impor a toda a práxis social o pecado original e o trabalho, ou seja, a certeza de que iniciamos a vida em débito com o criador, sendo imperioso o reparo desta dívida, a subserviência e o arrependimento.

No mundo da modernidade ou da ciência, em que destituímos o deus dos judeus, somos incapazes de dizer este mundo e a nós mesmos sem que haja rigor científico, que imediatamente ocupa o lugar de deus, quão mais fiéis formos à ciência maior nossa chance de não perecer, pois, sabemos pela boca da própria ciência que os órgãos dos sentidos são enganosos, incapazes de codificar e quantificar o real. Poderíamos nos reportar a visão, que no caso do homem é tridimensional, que abriga todas as "imperfeições" decorrentes. Mais crítico ainda é a compreensão da psicologia de atestar ser cada ser social não o que deseja ser, mas o que não sabe ser, desconhecendo a origem de si mesmo, que está no inconsciente. Somente Freud, unicientista, e os profissionais desta ciência, surgem como interpretes deste obscuro mundo de poucos sabedores. E o ciclo de neutralização se completa quando afirmamos que este inconsciente só é reconhecido ao se revelar a partir de critérios do consciente, que é antes de tudo racional. Neste sentido o inconsciente só é captado pela nossa práxis social, nenhuma outra seria capaz de apreendê-lo e interpretá-lo. Temos dentro de nós algo desconhecido que nos domina, cujo conteúdo não é plenamente revelado e se o for, manifesta-se pelo orifício de urna ciência. Não há saída se não tornar a práxis objeto da ciência, rendemo-nos ao seu poder criador, de senhor, a escravo o destino está selado.

É a história do criador que é devorado pela criatura. Se Ulisses ao ouvir o canto das sereias (criaturas do mundo grego) tivesse dado ouvidos a elas, seria seduzido pelos seus encantos e teria se destruído, é exatamente o nosso caso, criamos o ritual e o método e nos deixamos ser engolidos, sem tempo de defesa.

O fato de sermos portadores desta deficiência, desta falta de cientificidade, nos garante afirmar que: captamos pelos sentidos as representações e extensões da própria práxis social, não havendo algo fora, mas a humanidade plasmada e cristalizada caleidoscopicamente fora, no existente, exatamente como a complexidade dela, multifacetada e contraditória como ele o é. Os atributos dados ao de fora, não representam nada senão valores sabidos de dentro da práxis social, logo não há objeto, se não há objeto não pode haver um mundo historicamente criado, se não há um único mundo não há consciência, se não há consciência, só posso encontrar o homem, que existe reconhece e se reconhece a partir de uma dada práxis social.

Na nossa práxis social, não é possível reconhecer o ser social como sujeito, os atributos que supomos reconhecer como racionalidade, equilíbrio, previsibilidade, justiça, não são tomados como ação da práxis, de atribuir. Nossa práxis social não percebe que não é a natureza a portadora de equilíbrio ou beleza, mas que esses valores são de todas as práxis social e somente ela pode reconhecê-lo e atribuí-lo. O mundo não surge com a carga simbólica e valorativa com elementos próprios, mas é a ação cuja força está na práxis social, que não é universal e natural, que carrega e compõe em redes de significados, que estabelece a sociedade como existente e consciente, que reconhece a própria consciência, ou a descarta.

Isto implica em dizer que cada conceito e elemento que reconhecemos não são universais, atemporais, e naturais, como se todas as sociedades reconhecessem, modificando apenas seu conteúdo, implica em atitude radical de dissolver todas as práxis sociais, inclusive a nossa.

Diante do mundo acabado, já criado, cabe ao ser social o silêncio, a espera da revelação de deus ou da ciência, o que desemboca na mesma estrutura. Com a filosofia não é diferente, ela sempre partiu da idéia do mundo como já dado, já criado, cabendo a identificação de seus conceitos, das relações possíveis, não a luta contra a materialidade daquele mundo, que não atinge nossa práxis social de frente, naquilo que ela tem de mais vigoroso.

A filosofia dentro da ocidentalidade representou a voz do senhor, a voz de deus, e mais recentemente a voz da ciência, não é sem motivos que seus resultados são sempre incorporados como conhecimentos para o poder, para a voz dominante, pois, nasce dela, respeitando-a. Nos últimos anos principalmente, a filosofia perdeu totalmente seu caráter crítico, para se tornar pseudociência bem comportada discutindo tema “de dentro” como Estado, democracia, política, bioética, 13

ambientalismo, globalização. Não há filósofos dispostos a falarem contra, a dissolver realidades, pois, todos cederam à ordem, cujo poder de envolvimento é grande, cuja ação centrípeta valida somente o que esteja de acordo com seu núcleo.

Mas este dilema de tomar o nosso mundo como pré-existente, não é um problema absoluto da modernidade. O que supomos ser o berço da filosofia, que nasce em oposição a explicação mítica do mundo também se assenta numa premissa, é claro que a filosofia não poderia se assumir como mito pois o mito está no outro, daí a necessidade de afirmar que a explicação oriunda da razão ocidental rompe com o mito. Daí a necessidade de separarmos o que vem antes e depois de Heráclito, antes temos as conjecturas, depois a realidade, comprimindo cada vez mais os limites do mito para os braços da crença e da religião, dando espaço ao avanço da luz da razão.

A filosofia tem cada vez manais se transformado num processo do pensar bem comportado e respeitoso dentro dos limites aceitos pela razão científica. O pensar na ocidentalidade se orienta somente pela organização racional das idéias, não é sem motivos que pensar e raciocinar são sinônimos. O pensar para a ocidentalidade só ocorre com racionalidade, o pensar é racional, logo tudo aquilo que o homem ocidental tenha produzido intelectualmente ao longo da sua história é imediatamente associado com a razão, sendo possível estabelecer as itinerárias evolutivas sem rompimentos, reconhecendo nas mais diversas manifestações das práxis sociais a presença do pensar como o concebemos, de quase todas as idéias em forma embrionária, na medida em que caminhamos para o passado mais distante.

A razão, a partir desta coerência com a ocidentalidade, para reconhece-se como atemporal e universal, imprime a fagocitose, fazendo sucumbir qualquer manifestação histórico-cultural da práxis social, reduzindo-a a tentativa de explicar as relações que cria e dominá-la, mais ou menos amparado nela, mas nunca sem ela. Sua onisciência e onipresença estão garantidas, a exclusividade fica patente.

Se a produção científica se orienta pela base racional, o ser social não pode considerar-se criador, mas devedor da ciência, da razão, prisioneiro da ocidentalidade. Emudecido diante do método revelador, deixa de ser sujeito para ser sujeitado, aparece como eunuco, para não se indispor com a ciência e não ser devorado por ela, se silencia diante do poder maior, afinal o dizer fora da razão é insano, é sonho. No mundo ocidental, o homem não determina como deve ser a ciência, mas é o contrário que acontece.

Sujeitamo-nos a objetos da razão, ela sim é o grande sujeito que valida, a práxis social passa a ser passageira, cujos olhar de turista só pode falar das

impressões. Como qualquer coisa da natureza - objeto da razão - tornamo-nos também seres passíveis de serem entendidos e nominados pela ciência, cuja resultante não depende de nós mesmos, mas das revelações do método, não somos o que pretendemos, mas o que a razão atinge.

Para falarmos sobre nós mesmos, necessitamos da autoridade reconhecida pela ciência. Precisamos das escoras de Hegel, das interpretações de Freud, das leis de Newton, das fórmulas de Einstein, para apensarmos conhecimentos novos, plenamente previsíveis, como processo, nunca como radical ruptura, como ato de dissolver os sentidos, os significados e o ser social. Se nada pode ser dito sobre cada práxis sem que haja o referendo de uma ciência qualquer, sem que esteja expresso um tipo de racionalidade, não há outro caminho senão a negatividade.

Neste sentido, à vontade, como querem algumas filosofias não é suficientemente forte para dissolver uma realidade já instituída, esse voluntarismo ingênuo nos levam de volta aos mesmos mecanismos explicativos, por estarmos inseridos numa gama de verdades pré-existentes. A vontade mesmo que esteja ancorado na consciência, é a expressão de um tipo de consciência, não podendo haver dissoluções, mas apenas discordâncias educadamente explicitadas pelo diálogo democrático, já que são mantidas as estruturas explicativas e a aceitação de um real pré-existente.

Nossos itinerários se pretenderam nos desgarrar desta práxis social depende fundamentalmente da nossa capacidade de dissolver mundos, destruir a nós mesmos, sem que reste uma única idéia, senão os da negação precisaram da ira que tudo destrói.

DIES IRAE

DIES ILLAE

SOLVIT SECULUM

FAVILA

DIAS DE IRA

AQUELES DIAS

QUANDO O MUNDO SE

DISSOLVE NAS CINZAS

***Nilson santos.** Professor do Departamento de Educação/UFRO, pesquisador do Centro do Imaginário Social, doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo.

TRAJETO ANTROPOLÓGICO: OU COMO TER "ANTROPOLOGICAL BLUES"

ARNEIDE BANDEIRA CEMIN*

RESUMO: Esse artigo trata de memórias e percursos. Sempre tive curiosidade por trajetos e talvez nisso resida alguma intenção modelar. De qualquer modo, penso que sinais indicadores de percursos possam ter alguma utilidade. Acostumados a "consumir" produções científicas e literárias, desconhecemos muitos dos elementos que contribuíram para seu formato final. Não temos visibilidade dos inúmeros "croquis" que antecederam sua arquitetura. Isso nos faz pensar que os estudiosos que produzem os artefatos que muitas vezes nos maravilham, sabiam sem dúvida alguma o ponto de partida, o método e a estrutura final de suas obras.

PALAVRAS – CHAVE: Produções Científicas, Arquitetura, Método.

ABSTRACT: This article discusses memories and pathways. Always had curiosity by paths and perhaps therein lies some intention model. Anyhow, I think that telltale signs pathways may have some use. Accustomed to "consume" scientific and literary productions, we have many of the elements that contributed to its final form. We don't have visibility of numerous "sketch" prior to its architecture. This makes us think that the scholars who produce artifacts that often in knew without a doubt the starting point, the method and the final structure of his works.

KEYWORDS: Scientific Production, Architecture, method.

Esse artigo trata de memórias e percursos. Sempre tive curiosidade por trajetos e talvez nisso resida alguma intenção modelar. De qualquer modo, penso que sinais indicadores de percursos possam ter alguma utilidade. Acostumados a "consumir" produções científicas e literárias, desconhecemos muitos dos elementos que contribuíram para seu formato final. Não temos visibilidade dos inúmeros "croquis" que antecederam sua arquitetura. Isso nos faz pensar que os estudiosos que produzem os artefatos que muitas vezes nos maravilham, sabiam sem dúvida alguma o ponto de partida,

o método e a estrutura final de suas obras. Nesse sentido, gosto muito de ler em Ginzburg (1991: 26-7), frases como essas:

A natureza das afinidades que eu confusamente andava procurando só a posteriori se esclareceu para mim. (...) Pouco a pouco delineou-se uma constelação de fenômenos (...) Todavia, periodicamente surgia a dúvida de estar acumulando dados destituídos de sentido, buscando analogias irrelevantes. (...) Só com a pesquisa já bem adiantada encontrei, na base de tentativas, a justificação teórica do que andara fazendo durante anos. (...) Este fora o caminho que sem perceber eu seguira.

A explicitação dos vazios, das inconsistências, das dúvidas, intuições e angústias dos trajetos de pesquisa serve para desmistificar a pesquisa do humano vista como "... um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas...", conforme nos diz também Bourdieu (1989:26), em suas reflexões sobre o ato de "ensinar um ofício".

Ao mesmo tempo, a ordem da exposição não reflete a complexidade tortuosa que parece ocorrer aos "saltos", no processo de descoberta. Pois como nos ensina Malinowski (1978:87), nos "Argonautas", a inversão da ordem da pesquisa no ato de exposição é necessária, porque no trabalho de campo, "... as inferências mais gerais são obtidas como resultado de longas investigações e laboriosas induções".

O contexto da descoberta, entretanto é em si mesmo significativo, mesmo que nem sempre totalmente claro para o pesquisador. Por isso, tomá-lo concatenado é um exercício de elucidação e de construção epistemológica e textual.

Aí está a intenção, e vamos ao caso: concorria uma vaga no programa de doutorado em antropologia social da USP, apresentando como tema de pesquisa, um estudo sobre "Conhecimento e Simbolismo" a partir das "formas de cognição xamânicas". O xamanismo é uma instituição sócio-cultural, na qual o xamã, pelo êxtase entra em contato com o sobrenatural realizando viagens a mundos do além (Balduz, 1966).

Referenciada em Geertz (1978), indago como se dão ajuste entre a concepção cósmica e o plano da experiência, nos grupos religiosos amazônicos, que fazem uso ritual de bebida psicoativa. No caso, trata-se da ayahuasca, secularmente conhecida pelos habitantes das florestas das regiões Norte e Noroeste da América do Sul.

O encontro cultural entre índios peruanos, bolivianos e brasileiros, e migrantes nordestinos envolvidos na faina da extração do látex da seringueira, proporcionou o contato e a assimilação pelos últimos, de muitos dos elementos culturais da "tradição ayahuasquera". Com a derrocada do ciclo da borracha, ocorreu a descida dos migrantes para as cidades,

fazendo com que um dos "segredos das matas", o consumo ritual de ayahuasca, viesse a constituir as religiões ayahuasqueras no Brasil.

Diferentemente do uso que os xamãs da porção espanhola da América fazem da ayahuasca, na qual os trabalhos de aconselhamento, busca de cognição e cura, ocorrem no âmbito da relação curandeiro/cliente; no Brasil, o xamanismo ayahuasquero assumiu caráter coletivo, através da constituição de igrejas que congregam o conjunto de seus adeptos para a realização do ritual xamânico.

Duas tradições institucionais fundam o xamanismo ayahuasquero no Brasil: o "Santo Daime" e a "União do Vegetal". O primeiro começou a ganhar visibilidade social e a institucionalizar-se a partir da década de 1930, em Rio Branco, Acre. A "União do Vegetal" constituiu-se em 1960, em Porto Velho, Rondônia. Embora oriundas da tradição ayahuasquera, ambas as instituições tiveram fundadores distintos e mitos de origem relacionados às hierofanias de seus respectivos fundadores. O Mestre Irineu para o Santo Daime, e o Mestre Gabriel para a União do Vegetal.

O projeto que formulamos, portanto, tinha pretensão comparativa. Propunha a realização da pesquisa entre os membros dos dois grupos. Visava compará-los, a fim de identificar suas especificidades e diferenças.

A hipótese de trabalho ancorava também um percurso metodológico. Afirmava que a religião fornece aos sujeitos um padrão cognitivo que lhes permite relacionar as três dimensões básicas do que denominei "complexo cultural". As dimensões referidas eram a familiar, a individual e a social. Propunha apreender a dimensão familiar através das reminiscências relacionadas à experiência religiosa na infância, a individual, pelo lugar que a religião ocupou na trajetória social dos sujeitos; e a perspectiva social, pelo padrão simbólico de sua filiação religiosa no "presente etnográfico".

Pretendia que, ao final, o padrão simbólico da religião investigada, fornecesse material para a compreensão do modo de articulação das três dimensões do "complexo cultural". A partir dos quais eu pretendia ver o modo de ajuste entre a concepção cósmica imaginada e o plano da experiência humana.

O projeto continha "problemas". Dentre os que eu conseguia perceber, havia a saturação dele pelas minhas expectativas intelectuais. Por isso, muitas vezes ele extrapolava o caráter de projeto de pesquisa, assumindo as dimensões indisfarçáveis de programa de estudo, através do qual, oriunda da História e da Sociologia, pretendia doutorar-me em Antropologia Social. Entretanto, o principal problema parecia ser a impossibilidade de precisar o "desconhecido".

A princípio eu não conseguia pensar essa "impossibilidade" sem o peso de uma

consciência culpada. Percebi que o impasse era resultante do "choque" diante da multiplicidade do social configurando um dilema entre as exigências do projeto "racional" em sua previsibilidade dos "resultados a serem alcançados", e a polifonia, multiplicidade gestual e policrômica do ser social, constituído por vozes, músicas, cores, formas, sentimentos e silêncios. Seria necessário objetificar esse ser social, para "recortá-lo" de modo a aproveitar apenas aquilo que nos parece digno, "relevante" e palatável: "antropofagia" desacralizada que nos constrange a escolher um "pedaço". É certo que o método científico prevê uma saída "honrosa", que, entretanto, muitas vezes, não passa de uma "meia culpa" da "superação da hipótese inicial", cuja simples menção fornece certificado de autenticidade às inúmeras mesmices.

A pesquisa coloca no mesmo campo de vivências diferentes subjetividades. Vale dizer, imaginários de épocas, classes, gostos e estilos; crenças e paixões. A do pesquisador e a de homens e mulheres com os quais ele conviverá para daí construir um saber que será um saber de "segunda mão". O antropólogo, diz Geertz, vê por cima do ombro do nativo que, por sua vez, viu por cima de outros ombros. Trata-se de interpretação de interpretações. Daí a necessidade da pesquisa ser inventada pelo pesquisador como campo aberto, onde a qualquer momento ele precisará mobilizar forças e recursos diferenciados, elaborando simultaneamente interpretação de suas próprias interpretações. Através das quais reinterpreta seus próprios resultados, a partir das exigências que eles mesmos impõem em toda sua complexidade, que não se traduz apenas na diversidade ou na soma de elementos. Indicam ambiguidades, incoerências, erros, impasses, e até mesmo o imponderável da "condição humana".

Os "conceitos" são impotentes como pontos de partida da pesquisa. Eles podem ser apenas ponto de chegada porque eles próprios precisam ser criados no enfrentamento da investigação. Por isso as diferentes "significações" que constituem o ser social jamais se enquadram nas categorias pretensamente universais de nossa vã ciência. Pois como nos ensina Mauss (1974), o verdadeiro não é "a prece" ou o "direito", ou ainda, o "xamanismo", acrescento. O que existe são homens instituídos e instituintes de historicidades. O que existe é o "melanésio de tal ou qual ilha", o habitante da China, dos seringais da Amazônia ou dos Alpes suíços. Não há, portanto, acrescenta Merleau-Ponty em diálogo com Mauss, o simples absoluto nem a pura soma, mas apenas totalidades. Daí os inúmeros obstáculos cognitivos que se colocam para a pesquisa do ser social vista como a busca de um real permanentemente dado, à espera das "luzes" da ciência para compreender-se a si próprio.

Em campo, o primeiro "obstáculo epistemológico" (Bachelard, 1986) talvez seja

representado pelo desafio de como colocar-se enquanto observador no interior da cena. Ou, em formulação clássica, como tomar-se de "dentro" sendo de "fora". Os problemas que se colocam vão do prosaico (o que vestir?). Ao inicial "recorte empírico da investigação". A sensação "caleidoscópica", tantas vezes referida por etnólogos é uma constante. Nessa fase, de fato, tudo parece cambiante e não-senso.

Duas questões pelo menos se inter cruzam para constituir o "obstáculo epistemológico". De um lado, o duplo estranhamento: do etnólogo em relação ao grupo e do grupo em relação ao "estranho" que lhes faz "perguntas", se interessa por "insignificâncias" e absurdos, e observa seus atos. De outro lado, coloca-se, como dissemos o problema do "recorte empírico". Aprendi que sua "solução" é paradoxal. O etnólogo vai à campo munido de pressupostos. O problema da pesquisa devidamente inserido em referências teóricas, bem como, a hipótese e o método que prevê inclusive o recorte empírico. Entretanto, o eixo da pesquisa só pode de fato ser estabelecido com pertinência, depois da razoável familiaridade do pesquisador com a "realidade" e a lógica do grupo. Ou seja, a configuração social em estudo.

Isto nos remete para a centralidade da discussão que cerca a prática etnográfica. Zaluar (1986), ao discutir a teoria e a prática do trabalho de campo, elenca alguns problemas ligados ao "métier". Estabelece igualmente crítica à pesquisa antropológica que, apesar de entendida como um encontro de subjetividades, seus pressupostos já estariam dados pela própria constituição do "espírito humano". Essa perspectiva reduz a pesquisa à explicitação de uma suposta "lógica simbólica", que "estranhamente vê pares de opostos por toda parte".

A consequência dessa abordagem, que a autora chama de "nova teoria do consenso social", é o "menosprezo" do longo e laborioso trabalho para entender a teoria ou teorias "nativas". Ou seja, a "província de significados" que institui o real para o grupo. O atalho que as pesquisas pré-fabricadas utilizam, caracterizam-se por sistematizar os atos e os discursos mais formalizados, visando a constituição de um corpus previamente decifrado pelas supostas "estruturas mais profundas do inconsciente". Este por sua vez, já mapeado pela "lógica simbólica". Desse modo, o antropólogo é levado a ignorar o que é ambíguo, contraditório, informal, inesperado, privado e ilegítimo em si, em sua ciência, e no outro.

Iniciamos a pesquisa de campo, através do "figurino" básico: identificação preliminar das categorias sociais que compunham o grupo, as relações entre o espaço da casa e a sede religiosa; vendo as trocas que se estabeleciam entre o sagrado e o profano. Nesse processo, percebemos a falência de nossas pretensões em dois

âmbitos. No aspecto comparativo concluímos que precisaríamos de todo o nosso tempo de pesquisa para nos relacionarmos de forma significativa com apenas uma das instituições. Optamos pelo "Santo Daime", inclusive por ser um grupo menor, contando apenas com um núcleo, abrindo mão de compará-lo à "União do Vegetal".

Do mesmo modo percebemos a impossibilidade de executarmos, em curto prazo, a pesquisa quanto às três dimensões do "complexo cultural" que havíamos definido. Primeiro, porque desconhecíamos o universo do grupo e éramos por ele desconhecido, o que inviabilizava a profundidade relacional requerida pela proposta. Havíamos subestimado o contexto de intimidade e confiança necessário a sua realização. Depois, havia a forte presença daquilo que Zaluvar (1986) chamou de o "discurso para fora". Ao selecionar material para esse artigo, encontrei uma anotação no meu diário de campo que é ilustrativa do que foi dito acima:

A pesquisa cria problemas que muitas vezes me paralisam como em estado de impotência frente ao intransponível. O primeiro problema é a incômoda sensação de estar sendo inconveniente ao me interessar por "detalhes sem importância", visto já haver um modelo formulado pelos porta-vozes do grupo, acerca daquilo que deve interessar ao pesquisador do Daime.

Ou seja, o "discurso para fora", segundo Zaluvar, é o tipo de discurso nativo, sempre o mesmo, que tem por alvo deliberado ou não, usar o antropólogo como mediador entre o grupo e a sociedade. No caso, o principal interesse do grupo era a preocupação que me parece legítima, para desvincular o uso ritual de ayahuasca da noção "profana" de consumo de drogas, evitando desse modo, não só a contaminação do sagrado pelo profano, como também, a perseguição de caráter policial, judiciária, religiosa e outras. Nesse contexto, qualquer ausência de adesão imediata ao discurso "para fora" era vista com desconfiança. Afinal, o que há de querer um "estranho" entre "nós"? Esta é questão básica para todo e qualquer agrupamento, seja ele de caráter recreativo, acadêmico, político ou religioso.

O "discurso para fora", entretanto, segundo meu ponto de vista, não deve ser descartado, uma vez que ele não contém apenas o significado de fazer o antropólogo funcionar como porta-voz do grupo. Ele é importante também porque expressa as formulações sistematizadas por aqueles a quem compete teorizar, construindo portanto, uma visão geral e específica sobre a realidade do grupo.

Vivenciando a barreira de impenetrabilidade na intimidade do grupo e das pessoas individualmente, comecei ao mesmo tempo, a perceber a insistente melodia do

"poder do Daime". Suas variantes, todas afinal versando sobre o mesmo tema, eram o "poder do chefe", significando também a entidade que preside o trabalho espiritual com o Daime; e o "poder do astral", que designa o "mundo divinal". Diante da força expressiva do "poder", começou a delinear-se para mim a certeza de que meu projeto "formulado em gabinete" era a expressão palpável do meu desconhecimento acerca da realidade que me propunha a estudar.

Impossibilitada de abordarem conjunto as dimensões familiar, individual e social por falta de intimidade e confiança recíprocas. Ignorante acerca daquilo que chamei de "formas de cognição xamânicas", uma vez que não havia relação profundamente significativa entre mim e o universo xamânico, restou-me o percurso para à aquisição do "antropological blues" (Da Matta: 1978).

Em artigo sobre as características interpretativas do ofício de etnólogo, a Marta aborda os aspectos extraordinários enfrentados pelo antropólogo, na dupla tarefa de "transformar o exótico no familiar, e/ou transformar o familiar em exótico". Na formulação da "tarefa" pode-se perceber o projeto homogeneizante por trás da "boa intenção". Uma vez que o "outro" é transformado em exótico e o "familiar", por sua vez é remetido para o "grande catálogo do humano", conforme o programa estabelecido pela antropologia.

Entretanto, aqui o que nos interessa no momento é o sentido básico do "antropological blues". Demarcando-o, Da Matta destaca como uma de suas primeiras características a presença de "... elemento que se insinua na prática etnológica, mas que não estava sendo esperado". E compara-o a "... um blues, cuja melodia ganha orça pela repetição das suas frases de modo a cada vez mais se tornar perceptível" (Da Matta, 1978:30).

Assim, através da repetição da "melodia do poder" redimensionei a pesquisa e o meu contato com o grupo pesquisado. Essa melodia e as condições requeridas para a sua audição colocaram em xeque as pretensões do meu projeto. Aprendi finalmente a escutá-los. Escuta atenta, concentrada, receptiva, experienciada e internamente "nervosa" porque em busca de sentido, de concatenações e de pertinências teóricas. À cata, enfim, de conduzi-la "... em enxurrada para o oceano das teorias...", conforme escreveu Da Matta, reafirmando poeticamente a contingência do ofício, que é, afinal, a contingência do humano: "os dados caem do céu como pingos de chuva", disse ele. De fato, "a cultura é pública", afirma Geertz, prolongando Lévi-Strauss: o sentido está em toda parte ou não está em lugar algum. Os sentidos que eu buscava precisariam vir do "astral". Fonte do "poder verdadeiramente real" para o xamanismo daimista. Entretanto, o

que seria o astral?

O astral é tudo isso aqui, esse espaço entre eu e a senhora. Esse vácuo entre eu e a senhora, ele não é vácuo, ele tem tudo, não tem?

Esclareceu o principal teórico do grupo, Mestre Virgílio, recolocando para mim o desafio da empreitada. Indagar sobre o vazio seria uma ousada formulação que eu não teria perspicácia para enfrentar. De tal modo, que talvez eu a tenha traduzido nesta pergunta: qual a configuração desse poder? Tema sobre o qual finalizo tese, cujo título é "Ordem, xamanismo e dádiva - o poder do Santo Daime".

Interpreto o modo como a concepção de poder foi se constituindo, mostrando que ela é concernente a categorias sociais e remete a padrão de significados, cujas fontes são heteróclitas, porém passíveis de remissão a um fundo comum: certo modo "esotérico" de conceber o mundo, onde o dístico "saber é poder" aplica-se de modo íntegro. O processo de construção do poder, embora similar a tantos outros, guarda a singularidade de sua própria historicidade.

Em suma, foi preciso "levar a sério", fora das "reduções racionalistas", as notas melódicas do "antropological blues", que eu não conseguiria ter, fora de uma prática etnográfica capaz de colocar-me como ouvinte privilegiada da melodia composta, afinal, com os fragmentos de "nós mesmos". Ou seja, as respostas que nossa própria cultura vem dando para os limites e as possibilidades da condição humana, a exemplo do trabalho criterioso que surge das mãos de exímios "artesãos do espírito".

BIBLIOGRAFIA

- BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. Lisboa, Edições 70, 1986.
- BALDUS, Herbert. **O Xamanismo**. Revista do Museu Paulista, N. S., vol.16, São Paulo, 1965/66.
- BOURDIEU, Pierre. **El ofício dei sociólogo: presupuestos epistemológicos**. México, Siglo Veintiuno, 1975.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Russel, 1989.
- DA MATTA, Roberto. **Relativizando**. Uma introdução à antropologia social. Petrópolis, Vozes, 1981.
- _____. **O Ofício de etnólogo, ou como ter "Antropological Blues"**. IN: NUNES, Edson de Oliveira (org.). A aventura sociológica: objetividade, paixão, improvisa e método na pesquisa social. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1978.
- GINZBURG, Carlo. **História noturna: decifrando o sabá**. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- GEERTZ. Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. 2ª ed., São Paulo,

Abril Cultural, 1978 (Col. Os Pensadores).

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**, São Paulo, EPU, 1974, vol. I.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **De Mauss a Claude Lévi-Strauss**. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. In: Helmut R. Wagner (Org.). Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

ZALUAR, Alba. **Teoria e prática do trabalho de campo. Alguns problemas**. In: CARDOSO, Ruth. A aventura antropológica. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

NOTA:

(1) - O chefe, no caso, é o "Chefe Império Rei Juramidã", identidade espiritual do Mestre Raimundo Irineu Serra, fundador da religião do Santo Daime. Juramidã é a contraparte masculina do "Império de Juramidã", sua contraparte feminina é a "Rainha da Floresta". Juramidã e a Rainha são identificadas respectivamente a Jesus Cristo e a Nossa Senhora da Conceição.

***Arneide Bandeira Cemin**. Professora do Departamento de Filosofia e Sociologia da UNIR, doutoranda em Antropologia pela Universidade de São Paulo.

O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA DE NOVAS TERRAS EM RONDÔNIA

JOSÉ JANUÁRIO AMARAL*

RESUMO: Procuramos interpretar as transformações sociais ocorridas em Rondônia, promovidas pelo processo de colonização agrícola empreendido pelo governo brasileiro na década de setenta, na Região Amazônica. Entendemos que o processo de colonização insere-se num contexto mais amplo de redefinição da sociedade brasileira, sendo simultaneamente, resultado e condição do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil contemporâneo. Para efeito de nosso estudo utilizamos a noção de processo de colonização agrícola que, mesmo em sua formulação mais simples, conforme apontou Tavares dos Santos (1989) .

PALAVRAS – CHAVE: Colonização, Agrícola, Transformações e Social.

ABSTRACT: We seek to interpret social transformations occurring in Rondônia, promoted by agricultural colonization process undertaken by the Brazilian Government in the 1970s, in the Amazon region. We believe that the process of colonization is part of a broader context of redefinition of Brazilian society, being simultaneously, result and condition of development of contemporary capitalist relations in Brazil. For the purpose of our study we use the concept of agricultural colonization process, even at its simplest, as pointed Tavares dos Santos (1989).

KEYWORDS: Agricultural Colonization, Development, social transformations.

Procuramos interpretar as transformações sociais ocorridas em Rondônia, promovidas pelo processo de colonização agrícola empreendido pelo governo brasileiro na década de setenta, na Região Amazônica.

Entendemos que o processo de colonização insere-se num contexto mais amplo de redefinição da sociedade brasileira, sendo simultaneamente, resultado e condição do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil contemporâneo.

Para efeito de nosso estudo utilizamos a noção de processo de colonização agrícola que, mesmo em sua formulação mais simples, conforme apontou Tavares dos Santos (1989) constitui um processo social complexo, de dupla dimensão o, espacial e temporal, que faz interagir forças sociais em conflito e, deste modo, produz relações sociais.

A dimensão espacial envolve trajetórias sociais de regiões distintas, seja no sentido rural/rural, seja no sentido rural/urbano. Estas migrações estão recheadas de conteúdos particulares, porém existe uma reciprocidade nas relações. O colono passa simultaneamente por dois vieses: o da dessocialização em sua região de origem, e o da ressocialização nas novas terras.

O colono, ao sair nas condições em que sai, modifica a dinâmica das relações sociais de onde migrou, altera as relações familiares, de compadrio e de vizinhança. Ao chegar nas novas terras, vai continuar migrando de cidade em cidade até conseguir a sua "terra de trabalho", que motivou a sua partida. Ele vive no limiar de duas situações sociais, pois vivência a duplicidade de estruturas sociais completamente diferentes entre si. Portanto, a dimensão espacial relaciona intimamente as regiões de origem dos colonos com as novas terras. Esta situação leva o migrante a continuar sendo objeto, e não o sujeito que deveria ser. Neste sentido Martins (1988:11) é categórico ao dizer:

Migrar temporariamente é mais que ir e vir são viver em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais... É sair quando está chegando, voltar quando está vindo. É necessitar quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estarem nenhum, partir sempre e não chegar nunca.

Conforme Oliveira (1990) e Martins (1988 e 1990), a necessidade da busca das novas terras é resultado de quem, como camponês, vive no limite de sua reprodução. O que é consubstancialmente agravado pelo cerco imposto pelo capital.

A segunda dimensão do processo de colonização - a temporal - está relacionada ao período de duração na qual se concretiza: Segundo Tavares dos Santos (1989:114) "tal duração se estabelece de um ponto, datado social e historicamente, a outro, o que significa também que o processo de colonização passa por certos ciclos." Podemos identificar nesse processo três ciclos importantes de colonização:

1º A colonização de 1940 a 1945 para os trabalhadores nacionais objetivando atender excedentes populacionais de "trabalhadores nacionais pobres";

2ª A colonização de 1951 a 1960, cujo objetivo era o atendimento de "zonas

empobrecidas" e sem emprego. Período marcado pelas fortes lutas sociais no campo, a exemplo das ligas camponesas; e

3º A colonização de 1970 contra a reforma agrária.

Compreendemos que o processo de colonização é realizado durante um determinado tempo, quando são produzidos efeitos sociais significativos: são os efeitos simbólicos e políticos que se manifestam no espaço social concretizado pela colonização. Ou seja, durante o tempo social da colonização, produzem-se símbolos que tentam atrair as populações das suas regiões de origem. Um exemplo de representação produzida nas novas terras foi a utilização do conceito de "Eldorado", "Rondônia Canaã da Amazônia", lugar onde o camponês certamente realizaria o seu "sonho da terra própria" e encontraria fartura e riqueza. Isto passa a fazer parte do imaginário social dos migrantes, influenciando na decisão de partir para as áreas de colonização.

Outro aspecto da temporalidade da colonização, segundo Tavares dos santos (1989:114), consiste nos efeitos políticos que se verificam, pois o que se objetiva é a reprodução da dominação social, durante certo tempo, no espaço social da colonização, e a mensagem difundida vai intervir nas práticas políticas das forças sociais em conflito.

O cruzamento das dimensões espacial e temporal da colonização agrícola nas novas terras revela as diferentes classes, grupos e forças sociais atuantes no processo. No período da "colonização contra a reforma agrária" podemos identificar as seguintes: O Estado, manifestado através de suas diversas agências a exemplo: do INCRA, da SUDAM, do BASA, e etc.; as empresas e as cooperativas de colonização; as empresas de mineração; os grupos de garimpeiros; os grupos dominantes locais; as nações indígenas; os grandes proprietários fundiários; e os camponeses.

Os diferentes grupos, classes ou forças sociais, originários de regiões diversas, possuem interesses particulares, isto provoca relações sociais novas, quer na relação homem/natureza, quer nas relações dos homens entre si.

O papel do Estado é ressaltado como "maestro" dos conflitos sociais e dos processos sociais emergentes. Ele exerce funções normativas na acumulação e na legitimação e age como "fio condutor" dos processos sociais. Intervém diretamente em várias escalas espaciais, participando diretamente de sua elaboração e transformações, estimulando diversos fluxos, aliviando tensões sociais localizadas e combatendo frontalmente outros movimentos.

O Estado atua nos conjuntos espaciais em diferentes escalas, articulando sua

ação desde o nível internacional até o local, participando ativamente nas transformações espaciais, e sua presença também é relevante junto aos conflitos sociais, sendo que a cada nível sua ação é permeada e sofre a influência dos agentes e grupos sociais em presença, segundo sua força relativa.

A ação governamental acentua as contradições internas nas novas terras, incrementando planos e programas de novas políticas e tecnologias. Apontamos quatro principais:

1º uma crise ecológica que se deu em vários lugares, causando, por exemplo, as queimadas provocando efeitos irreparáveis ao meio ambiente;

2º uma crise de mercado, grandes estoques e mercado local insuficiente para absorver, e problemas de armazenamento e escoamento da produção;

3º ineficácia da modernização tecnológica; e,

4º uma crise financeira, endividamento bancário, causando a chamada "expulsão branca" das unidades de produção camponesa.

As transformações espaciais são complexas e influentes por inúmeras forças. O Estado se nutre e se fortalece desta diversidade, negociando entrepostos, estimulando fluxos e reordenando subconjuntos espaciais.

As ações governamentais atuam sobre o território conforme os interesses dos grupos econômicos aliados às políticas de segurança nacional. Segundo Foucault (1988:157) o território é uma noção geográfica, mas acima de tudo é um instrumento jurídico-político: aquilo que é controlado por certo tipo de poder.

De acordo com Hébette e Acevedo (1979:155) a colonização, com seu aparato legislativo, vai se tornar, para a classe de proprietários rurais interessada no monopólio da terra, um instrumento de domínio e de controle da ocupação do espaço - de controle, portanto, dos grupos sociais que vão ocupá-lo e de atividades produtivas.

Sob a égide da colonização assiste-se a implantação de uma "tecnologia social" para controle não só das propriedades nos programas de colonização agrícola, mas de todo o território ainda não apropriado nas novas terras.

O Estado procura controlar o território, e para tal é fundamental que se realize o controle dos homens, pois o processo de colonização implica na remoção de população de lugares "velhos" para estabelecê-la nas novas terras. Tavares dos Santos (1989:107) entende tal processo como "uma técnica social que utiliza mecanismos de controle do espaço e dos homens, para reproduzir a dominação de classes sobre as populações rurais brasileiras."

É no cotidiano dos projetos de colonização que o controle chega a exacerbação,

toda atividade econômica não prevista provoca desapropriação e, no limite, represálias: seja a interdição do garimpo, seja às condições de venda dos produtos a outros comerciantes que não as cooperativas. Em vários programas houve restrições às iniciativas de organização sindical, ou à instalação de lideranças artificiais, ou ainda, a vigilância policial.

A respeito da valorização das novas terras, Gnaccarini (1980:61) coloca que grandes e médios capitais - dinheiro imobiliza-se na apropriação da terra, na Amazônia, com objetivos puramente especulativos, trata-se de práticas especulativas mais ou menos aleatórias ou sistemáticas, neste caso incluem-se as companhias de colonização agrícola, em que se joga com a pura valorização do título de propriedade. Por conseguinte, isto representa a obtenção extraordinária da renda da terra absoluta pelas empresas colonizadoras e grandes proprietários fundiários.

Na escalada pela apropriação da renda fundiária, as terras públicas são privatizadas pelas colonizadoras e proprietários rurais com apropriações de grandes áreas de terras. Nos projetos de colonização os lotes não são entregues ou vendidos de uma única vez. Este fato possibilita ao empreendedor mais um lucro extraordinário, ou seja, a apropriação de uma renda diferencial, pois a benfeitoria e a produção dos primeiros lotes irão "valorizar" as terras mais próximas a estes.

Ao evidenciar as transformações em nossa sociedade no século passado, propiciadas pela cafeicultura, com a promulgação da lei de terras em 1850 e a substituição do trabalho escravo pelo livre, Martins (1979:29) lembra que a "a renda capitalizada no escravo transformou-se em renda territorial capitalizada: num regime de terras livres o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa." Logo, o problema da capitalização da renda fundiária através da realização/incorporação do trabalho alheio às terras tem suas raízes na instituição da propriedade privada em nosso País desde a segunda metade do século passado. Portanto, no Brasil contemporâneo, o "cativo da terra" exprime o controle das classes e grupos dominantes sobre as "populações subalternas".

Outro fato de importância é que a colonização nas novas terras não se dá somente no espaço rural, mas também simultaneamente no espaço urbano. Segundo Gnaccarini (1980:66) não só os loteamentos são localizados de preferência em ligações com cidades de alguma importância comercial, como ainda as grandes empresas de colonização e o INCRA criam cidades e abrem uma rede de estradas, mal conservadas, para o serviço das pequenas propriedades.

O Estado surge, então, como acentuador e magnificador das contradições

sociais, na verdade produz um espaço urbano de populações extremamente empobrecidas e efetivamente não consegue estruturar o espaço rural a serviço de toda a sociedade. De fato, segundo Soler (1978), é verificada uma "hiperurbanização populacional" de algumas cidades, a exemplo de Ji-Paraná, expressando um caráter de agente colonizador das cidades, como resultado da incapacidade do meio rural de criar as condições necessárias para a fixação efetiva do homem no Campo. Na verdade trata-se de uma lógica nas áreas de colonização na Amazônia neste período e não uma chega a ser uma hiperurbanização.

A ligação que aproxima o colono às áreas urbanas são os serviços encontrados na cidade, como educação, saúde, lazer e bancário, que segundo Gnaccarini (1980:66) "prendem inevitavelmente o colono ao mercado, reforçando os vínculos sociais com a sociedade inclusiva, cujas riquezas são as mercadorias". O que vem demonstrar a necessidade de manter as pequenas propriedades nas novas terras, pois estas são constante reserva de mão-de-obra. Com relação àquela parcela que não consegue terra, ou é expropriado é absorvida como trabalhadores assalariados nos projetos agropecuários ou nas cidades surgidas ao longo dos projetos de colonização.

A contradição do processo de colonização é consubstanciada numa "engenharia social" posta em prática nas novas terras. O Estado, tentando manter o controle do território e dos homens, promove uma Seleção social dos ocupantes das novas colônia, sendo a exclusão social a outra face deste processo.

Para Tavares dos Santos (1989) esta escolha foi acompanhada de uma seleção regional dos colonos: tratava-se de reunir populações de várias regiões do País, não só do Nordeste, mas também do Sul. A seleção regional e social foi consolidada por uma figura simbólica particular. Tratava-se da categoria de colono modelo. Este será tecnicamente moderno e politicamente conformista, e símbolo de um grupo social que o poder desejaria ser portador de uma ordem moderna nas novas terras. Assim, o "colono modelo" deveria estar aberto às inovações tecnológicas e de créditos, ser submisso às orientações das agências de colonização, seja o INCRA ou as agências privadas de colonização.

Contudo, quem não chegou à condição de colono modelo foi deixado de lado, tanto do ponto de vista material quanto simbólico. Isto é demonstrado pela repetição dos estereótipos em nível local, de repercussões políticas e mesmo de ordem repressiva, quanto pelas queixas e denúncias dos colonos, nesse sentido, o seu nomadismo será um testemunho da exclusão socialmente produzida, (op.cit, 1989). Desta maneira, aqueles colonos que, no início do processo, foram selecionados

como "aptos" para os programas de colonização ao perderem os lotes passaram a ser denominados de "péssimos agricultores" e desta forma, são estigmatizados. A migração destes grupos, que representa a massa de excluídos, indica uma das contradições do processo de colonização nas novas terras.

Não somente os "antipioneiros" são excluídos e, no limites, estigmatizados, mas também fazem parte deste grupo, nas áreas de colonização, os índios, os ribeirinhos e os posseiros. A exclusão representa mais uma concretude nas áreas de colonização, sejam os excluídos do campo ou da cidade. Os Núcleos Urbanos de Apoio Rural - NUAR mantêm-se como núcleos de excluídos, núcleos de pobreza, núcleos dos expropriados dos projetos de colonização.

Como resultado da política de colonização agrícola, o INCRA passou a atuar simplesmente na regularização de situações emergenciais. Uma vez que os colonos tornaram-se sujeitos políticos nas áreas de colonização, deixando de serem "modelos", como pretendiam as elites dirigentes, passando à condição de ator político nas novas terras. Começam a reivindicar e ocupar terras improdutivas em quase todo o Estado de Rondônia e alhures.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, J. J. de O., **Terra virgem terra prostituta: o processo de colonização agrícola em Rondônia**. São Paulo, FFLCH/USP, 1994.
- FOUCALT, M., **Vigiar e punir**. Petrópolis, Vozes, 1987.
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1988.
- GNACCARINI, J. C., **Latifúndio e proletariado**. São Paulo, Polis, 1980.
- GOFFMAN, E., **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- HEBETTE, J. & ACEVEDO, R., **Colonização para quem?** Belém, UFPA, 1979.
- MARTINS, J. de S., **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo, Pioneira, 1979.
- _____. **O cativo da terra**. São Paulo, Ciências Humanas, 1980.
- _____. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e liberdade nos movimentos sociais do campo**. São Paulo, Hucitcc, 1990.
- OLIVEIRA, A. U. de, **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo, Ática, 1986.
- TAVARES dos SANTOS, J. V., **O processo de colonização agrícola no Brasil contemporâneo**. Brasília, Ver. Sociedade e Estado. Vol. IV nº 2 Jul-Dez, 1989.

***José Januário Amaral**. Professor do Departamento de Geografia da UNIR, pesquisador do Laboratório de Geografia Humana, doutorando em Geografia Humana pela USP.

GEOGRAFIA CLÁSSICA - UMA CONTRIBUIÇÃO PARA HISTORIA DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

GENYLTON ODILON RÊGO DA ROCHA *

RESUMO: Procuraremos apresentar alguns apontamentos acerca da chamada Geografia Clássica, resultante das concepções descritiva e matemática de geografia, construídas por gregos e romanos desde a Antigüidade Clássica e melhor sistematizadas respectivamente por Estrabão e Cláudio Ptolomeu. Iniciaremos com uma rápida informação acerca de geógrafos que tiveram papel fundamental na Antigüidade para a produção de conhecimentos sistematizados, rotulados de geográficos.

PALAVRAS – CHAVE: Antiguidade, Grego e Geografia Clássica.

ABSTRACT: We will present some notes about the so-called Classical Geography, resulting of descriptive and mathematical conceptions of geography, built by the Greeks and Romans since Classical antiquity and best systematized respectively by Strabo and Claudius Ptolemy. We will start with a quick information about geographers who had key role in Antiquity for the production of systematized knowledge of geographic labelled.

KEYWORDS: Antiquity, Classical Greek, geography.

NOTAS INTRODUTORIAS: O saber geográfico não é algo que começou a ser produzido recentemente. Em alguns trabalhos sobre a história da Geografia, a exemplo de Capel & Urteaga (1994), Andrade (1987), Sodré (1989) e Moraes (1989 e 1990), é demonstrado o quanto remota é a origem desse conhecimento. Chega-se mesmo a afirmar que o seu início remonta às primeiras comunidades gentílicas. O rótulo geografia, por outro lado, somente passou a ser utilizado na Antigüidade Clássica e é fruto direto do pensamento grego.

Neste texto, procuraremos apresentar alguns apontamentos acerca da chamada Geografia Clássica, resultante das concepções descritiva e matemática de geografia, construídas por gregos e romanos desde a Antigüidade Clássica e melhor sistematizadas respectivamente por Estrabão e Cláudio Ptolomeu.

Iniciaremos com uma rápida informação acerca de geógrafos que tiveram papel fundamental na Antigüidade para a produção de conhecimentos sistematizados, rotulados de geográficos. Em um segundo momento, daremos ênfase as contribuições de Estrabão e Ptolomeu para a consolidação das vertentes descritiva e Matemática de geografia e finalizaremos demonstrando como as teorias produzidas por estes dois autores deram conformação a geografia clássica.

A CONSTRUÇÃO DA GEOGRAFIA OCIDENTAL: A CONTRIBUIÇÃO DOS GREGOS E ROMANOS.

No processo histórico de construção desta especificidade do saber humano, os (as) gregos (as) são considerados (as) os (as) primeiros (as) a registrar de forma sistematizada os conhecimentos geográficos. Os (as) romanos (as), partindo dos conhecimentos herdados dos (as) gregos (as), ampliaram significativamente estes conhecimentos, tornando-se os (as) responsáveis pelas grandes contribuições que passariam ser, mais tarde, fundamentais no desenvolvimento da Geografia enquanto ciência (Um dos grandes problemas enfrentados pelos que pretendem desenvolver uma pesquisa mais aprofundada acerca da história da Geografia, é a ausência quase que total de informações sobre as produções teórico-metodológicas dos povos orientais, sobretudo os da Antigüidade, fato que nos obriga, neste processo de construção, a citar apenas os feitos dos geógrafos ocidentais, e, mais particularmente, os dos greco-romanos). Autores como Erastóstenes, Tales de Mileto, Anaximandro, Heródoto, Hipócrates, Hiparco, além de outros, produziram os conhecimentos alicerçadores do que mais tarde seria a geografia científica, fato que justifica alguns comentários sobre eles.

Erastóstenes de Cirene foi um célebre matemático, astrônomo e geógrafo grego. Viveu na cidade de Alexandria onde dirigiu a famosa biblioteca lá existente. Suas obras principais foram: *As Medidas da Terra e Notas Geográficas*, das quais apenas algumas partes conseguiram ser conservadas e conhecidas nos dias atuais.

Uma de suas maiores preocupações foi com a medição da superfície do nosso planeta. Para calcular de forma mais exata as dimensões, ele se baseou nos métodos astronômicos e geométricos, além de adotar, como princípio, a idéia de que a forma real da Terra era esférica. Seus cálculos apontaram para uma dimensão próxima à que

atualmente é conhecida, permitindo com isso que se tivesse, já naqueles tempos, uma idéia da grandeza do planeta. Graças a seus estudos neste campo, foram possíveis a outros (as) autores (as) desenvolverem, mais tarde, estudos mais exatos sobre a configuração, posição e tamanho da superfície terrestre.

Erastóstenes também "realizou aportes significativos en el campo de la geografía, abordó aspectos físico-geográficos relacionados con las teoría de las zonas. Hizo consideraciones sobre materiales topográficos que podían servir para la confección de mapas".(ÁLVAREZ et al, 1986:38)

Devemos destacar, também, que no campo da cartografia, este autor foi responsável pela confecção de um mapa mundi que continha sete paralelos e sete meridianos, cada qual denominado pelo nome do lugar por onde passava. Desenvolviam-se com ele os sistemas de coordenadas tão presentes hoje em nossos mapas.

Tales de Mileto e Anaximandro deram as suas contribuições ao privilegiarem em suas obras a mediação do espaço e a discussão de forma da Terra (assunto hoje próprio da Geodesia). São eles verdadeiramente, os fundadores da Geografia Moderna, que mais tarde seria melhor sistematizada por Cláudio Ptolomeu.

Heródoto de Helicarnado, conhecido como "pai da História", acumulou grandes conhecimentos graças as suas viagens que o levaram desde o Sudão até a Europa Central e da Índia até a Península Ibérica, ou seja, todo o mundo até então conhecido pelos gregos. Suas descrições históricas são ricas em informações geográficas, que grandes utilidades tiveram para os governantes gregos, desejosos de obterem informações sobre os chamados bárbaros e seus territórios.

Interessante comentário faz Yves Lacoste apud Capel & Urteaga, sobre este autor grego:

"¿Viajero curioso? Audaz comerciante? Uno de los primeros historiadores? En realidad, El geógrafo, el espía dei imperialismo ateniense.

Este autor cristaliza ante nuestro ojos la contradicción constitutiva de la geografía: informar ai estrategia y justificar la dominación.

Heródoto tenha que asumir por si solo esta doble función, estratégica e ideológica, de información y de mistificación, distribuida hoy entre la geografía dei Estado Mayor y la geografía escolar. Y la realizó no sin dificultades.

Informó útilmente a Pendes sobre la organización política de los bárbaros, pero inquieto a los griegos que esperaban de sus noticias la confirmación de su superioridad. Por eito lo acusaron de malignidade. Quizás sea esta malignidade la que nos seduce en Heródoto, como si la ambigüedad de la geografía estuviera ya inscrita en la encuesta que realizó el afijo de 446 antes de nuestra era."(Apud CAPEL & URTEGA,

1984:05).

Outro importante geógrafo, cujas produções foram contemporâneas às de Heródoto, foi Hipócrates. Suas preocupações, segundo Sodré (1989), estavam voltadas mais para o homem do que para o meio, apesar de aceitar a idéia de que este último elemento era mais importante. A obra de sua autoria mais consagrada foi: *Dos Ares, Das Águas e dos Lugares*, na qual, de forma bastante determinista, procurou estabelecer a distinção entre os habitantes das montanhas e os das planícies. Segundo ele:

"... aqueles, por força da influência das terras altas, úmidas, batidas pelos ventos, seriam de estatura alta, bravos e de temperamento suave; estes, por força da influência das formas leves, descobertas, desprovidas de água, com bruscas variações de temperatura, seriam secas, nervosos, indóceis, arrogantes, mais louros do que morenos."(SODRÉ,1989:15)

Quanto a Hiparco, podemos dizer que foi o grande continuador da obra de Erastótenes, além de tê-lo substituído na direção da Biblioteca de Alexandria. Considerado por muitos como um dos maiores astrônomos da Antigüidade, suas contribuições no campo da geografia matemática foram também de grande importância.

Foi ele o primeiro a dividir o círculo terrestre em 360^0 , além de ter inventado a projeção estereográfica (foi um dos primeiros a se preocupar com o problema da projeção da superfície curva da Terra em um mapa plano), tão fundamental para a renovação da cartografia. Estabeleceu os princípios que nos permite afirmar que a diferença de longitude de dois pontos é igual à diferença dos ângulos horários, isto é, a diferença das horas locais simultâneas desses dois pontos. Isso resultou no avanço do sistema de localização dos acidentes geográficos via coordenadas terrestres, meridianos e paralelos. Coube também a ele a definição de clima como sendo áreas limitadas por paralelos. Sobre este autor, assim se posicionaram Álvarez et al:

"Los trabajos de Hiparco prestaron una ayuda incomparable a la geografía v a la cartografía, entre otras causas porque fue el creador de los sistemas de proyección estereográfico v el de coordenadas terrestres, mediante la aplicación dei principio de longitudes que él había imaginado, es decir, trasladó su método de ubicación de las posiciones de los astros en el ciclo, a la localización de ciudades en la superficie terrestre. Introdujo, por tanto, los conceptos de longitud v latitud geográficas. (...) Hiparco resultó el más exigente de los astrónomos y geógrafos antiguos en cuanto a fijar ia posición de los lugares geográficos, pues no aceptaba, como otros, las indicaciones de los viajeros y navegantes sobre las distancias, solo se balseaba en determinaciones astronómicas."(1986:49).

Apesar da imensa contribuição destes autores citados, foram, sem dúvida, Estrabão e Cláudio Ptolomeu os maiores responsáveis pela sistematização dos

conhecimentos geográficos na Antigüidade Clássica. Suas obras, ressaltamos, serviram de modelo para os geógrafos responsáveis pela grande retomada da produção de conhecimentos geográficos, ocorrida a partir do século XV, como veremos mais adiante.

AS CONTRIBUIÇÕES DE ESTRABÃO E PTOLOMEU PARA O SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA GEOGRAFIA CLÁSSICA.

Estrabão e a sua geografia descritiva:

O grego Estrabão foi um grande viajante, historiador e geógrafo, tendo percorrido quase todo o mundo que em sua época era conhecido. Graças às suas viagens, pôde ele produzir uma geografia, a exemplo de Heródoto, marcadamente descritiva.

Os fatos observados por este autor (as terras percorridas e os povos que nela habitavam) foram objetos de detalhada descrição, porém não lhe interessou interpretá-los nem analisá-los. Vale ressaltar também que, ao contrário dos geógrafos de sua época, e mesmo dos que lhe antecederam, Estrabão não valorizou a matemática e a astronomia, consideradas até então fundamentais para os estudos geográficos.

"El no concedió ei valor necesario que tienen ia matemática y la astronomia para un conocimiento geográficas más acertadas, pero profundizó en ei dominio de las llamadas ciencias Morales y lo reflejó en sus consideraciones sobre ia geografia, pues le impuso ei sello literario, critico y filosófico, por encilla dei carácter físico y matemático."(ÁLVARES et ai, 1986:50)

Consolidava-se com ele a geografia descritiva, que tão profundas influências tiveram sobre o desenvolvimento de nossa ciência, e, sobretudo, na forma que ela passou a ser ministrada nas salas de aulas.

Em todos os lugares por ele percorridos, fez questão de contactar com os habitantes, e, através de conversas, obteve informações orais e escritas, além de conhecer as suas tradições. De todo este material surgiu as suas principais obras: Memórias Antigas, composta de 43 livros e a Geografia, considerada a mais importante e composta de 17 volumes. Nesta última, Estrabão realizou uma análise do mundo, tendo a preocupação de produzir um mapa mundi, que abarcava a totalidade dos espaços geográficos conhecidos pelos gregos e romanos, além de áreas desconhecidas, mas que se acreditavam existentes graças a relatos e suposições.

Capel & Urteaga (1984) nos chamam atenção para o fato de que desde Antigüidade, a geografia foi um importante recurso nas mãos dos governantes. O

conhecimento do espaço foi rapidamente transformado em saber estratégico por parte daqueles interessados pelo poder e pelas estratégias espaciais, tão necessárias para que se mantivesse monopolisticamente aquele mesmo poder. Não foi à toa que o saber geográfico se tornou algo tão zelosamente controlado pelos governantes, característica que até hoje se mantém. Na análise que fazem da obra de Estrabão, estes dois autores assim se manifestam:

"Su obra tiene asimismo una dimensión práctica, de utilidad para los gobernantes. Como interesaba, sobre todo, 'para los fines de gobierno', la geografía es para él geografía humana: 'Los geógrafos - escribió - no tienen que preocuparse de aquello que está fuera del mundo habitado'. La observación propia y la utilización erudita de fuentes griegas se combinan aquí para realizar una obra geográfica que permite iluminar la historia del mundo romano. La geografía se aproxima a la filosofía por su pretensión de integrar conocimientos variados y elevarse a un saber descriptivo universal y a una visión integradora de los fenómenos."(1984:05)

Em síntese, Estrabão rechaçou a geografia matemática. Manteve-se avesso à geografia puramente astronômica e cartográfica, pois em sua opinião ela procedia "con un criterio más científico que el que corresponde a esta disciplina" (CAPEL & URTEAGA, 1984:06). Despreocupou-se ainda com as causas físicas dos fenômenos naturais, importando-se apenas com os fenômenos humanos ou com as coisas que tinham significado para os homens. O tratamento dado a estes fenômenos limitou-se quase que exclusivamente ao registro, já que a preocupação do autor era apenas com a descrição, pouco se importando em interpretá-los ou explicá-los.

Ptolomeu e sua Geografia Matemática:

O termo geografia, criado pelos gregos, significa "Ciência da descrição da Terra" (*geos*, Terra e *grafein*, descrever); porém, o ato de descrever a Terra, a corografia, exigia a produção de mapas para que os territórios, objetos da descrição, fossem precisamente localizados. Como consequência desta necessidade, os geógrafos responsáveis pela arte da cartografia apropriaram-se dos conhecimentos matemáticos e astronômicos, bem como se viram obrigados a desenvolver algumas reflexões de caráter científico acerca da forma do nosso planeta. Surgia daí a chamada geografia matemática, que teve em Cláudio Ptolomeu um dos seus mais importantes expoentes.

Ptolomeu foi astrônomo, matemático e geógrafo. Sua mais importante obra foi a *Geographike Synyaxis*, a qual o autor fez acompanhar de projeções. Sobre esta produção Álvarez et al fazem o seguinte comentário:

"El tratado comprende una síntesis de los conocimientos astronómico griegos alcanzados con anterioridad a Ptolomeu, interpretados por él, ampliados y fundamentados de acuerdo con sus métodos

matemáticos y geométricos"(1986:51)

De caráter puramente astronômico, esta obra trouxe à luz a chamada concepção ptolomeica do universo, na qual se considerava "la Tierra en el centro dei Universo y al Sol, la luna y los astros dei firmamento girando alrededor de ella."(CAPEL & URTEAGA, 1984:07). Podemos também encontrar, nesta obra, quadros com a latitude e a longitude, além de cálculos referentes à variação do dia de acordo com a distância do Equador. Graças aos árabes, que a traduziram, dando-lhe o título de *Almagesto*, o pensamento de Ptolomeu se tornou conhecido na Europa medieval, o que lhe assegurou duradouro prestígio.

Como era típico, nas obras produzidas por simpatizantes da geografia matemática, os aspectos físicos e humanos não constavam nos escritos de Ptolomeu. Para que possamos compreender esta posição teórica adotada por este autor, não devemos perder de vista que, em seus trabalhos, o objetivo principal a ser alcançado era a fixação do ecúmeno. Neste sentido, a astronomia, a cosmografia e a cartografia tornaram-se o cerne de sua obra, já que as mesmas eram os meios necessários para que seus objetivos fossem alcançados.

"A geografia propriamente, aquilo que hoje consideramos como tal, não representa ai senão matéria de segundo plano, subordinada àquela primeira e principal parte. Daí o lugar que toma a simples nomenclatura; o 'nome' apelida o lugar matematicamente fixado e cartograficamente representado." (PRADO. 1R, 1961:169)

Os autores responsáveis pelas concepções teórico-metodológicas, que deram corpo à denominada Geografia Clássica, tiraram dos modelos resultantes das sistematizações realizadas por Estrabão e Ptolomeu os aportes necessários para suas produções. Sobre esta afirmação, assim se manifesta Prado Jr:

"Respectivamente de um e de outro se originaram as duas grandes partes em que tradicionalmente se dividirá a matéria: geografia matemática e política. A primeira abrange a parte geral, onde ao lado da astronomia, cosmografia e cartografia, se colocam as considerações gerais sobre a Terra e sua configuração. Na outra se reúne a descrição dos diferentes países e povos. Divisão defeituosa, do nosso ponto de vista, pois subordina a parte essencial do que é propriamente a geografia, a quadros políticos em que se confundem história e geografia física. Esta última ficará por isso necessariamente subordinada e reduzida quase unicamente a uma relação de acidentes geográficos e aspectos naturais dos diferentes países. Assim, enquanto a geografia matemática se desenvolvia sobre bases científicas e sólidas, a geografia propriamente se confinava num pobre e estéril trabalho de simples relações descritivas" (1961:171)

Lacoste (1988) produz análise convergente a esta feita por Prado Jr. Ao nos demonstrar o uso ideológico dado aos conhecimentos geográficos, este autor chama-

nos atenção para a existência de duas geografias, uma a dos Estados-maiores, que se constituiu como conjunto de conhecimentos referentes ao espaço e representações cartográficas, considerados estratégicos e por isto mesmo, monopolizado pelos detentores do poder de Estado; e a outra, a geografia dos professores que foi produzida para legitimar o trabalho empobrecido de estabelecer relações descritivas, mascarando a importância estratégica dos conhecimentos produzidos pela geografia. Esta última, massificada nas escolas e universidades, tornou-se a referência, aos olhos da maioria, como verdadeiro saber geográfico, sendo transformada em tradição na aceção dada por Raymond Willians (1979).

COMO AS GEOGRAFIAS DE ESTRABÃO E PTOLOMEU FORAM TORNADAS COMO MODELO, DANDO ORIGEM À GEOGRAFIA CLÁSSICA

Para que possamos entender a influência de Estrabão e Ptolomeu no processo de construção da chamada geografia clássica, é necessário que primeiramente chamemos a atenção dos geógrafos árabes, pois foi através deles que o ocidente voltou a ter contato com as obras daqueles autores.

O interesse geográfico dos árabes era bastante grande, haja vista as necessidades impostas pelo expansionismo islâmico verificado a partir do século XII, e que resultou na conquista de imensos territórios que se estendiam do Oriente Médio até o norte da África e ia rumo à Ásia (Cálcaso e Pérsia). Por outro, a geografia era considerada um saber agradável à Deus, pois contribuía para o conhecimento exato do trajeto que os fieis deveriam realizar, a fim de alcançar a cidade de Meca, objeto de peregrinação religiosa.

Geógrafos como Ibn Fosslan, Del Cordadbeh, Ibn Haukal, Massudi, El Edrise, Ibn el Wardi, Ibn Batuta, Abulfeda, foram grandes estudiosos e na opinião de Kretschmer:

"Cultivaram la Geografia científica en su aspecto más profundo y transcendental, dei mismo modo que la Geografia matemática, v en lo que se refiere a la Geografia física compilaron multitud de observaciones, pero sin formar con éstas un sistema y sin poder formular una teoria rigurosamente científica. Principalmente las especulaciones fantásticas desempeñaron importante papel. En cambio, prestaron un grande servicio con sus trabajos de medición de grados de meridianos, que realizaron con arreglo a los escritos de los geógrafos griegos."(1942:53-54

Como foi afirmado anteriormente, graças aos geógrafos árabes foi possível recuperara obra geográfica de origem grega. Os califas árabes foram responsáveis pela fundação e manutenção de escolas superiores e observatórios em diversas cidades

localizadas no império islâmico, locais que acolhiam as pessoas que se dedicavam aos estudos geográficos. Foram estes estudiosos árabes que primeiramente recuperaram a Geografia de Ptolomeu, a qual foi traduzida e recebeu o título de *Almagesto*, se constituindo no fundamento da Astronomia e da Geografia matemática durante toda a Idade Média. Sobre a importância dos árabes para a difusão das obras de caráter geográfico produzidas pelos gregos, assim se manifesta o já citado Kretschmer:

"... los árabes tampoco distendieron las producciones de los clásicos de la Antigüedad, sino que lograron crear una Geografía más adelantada, basándose en los principios de los autores griegos, entre los que figuran dos nombres que desempeñaron en su literatura preponderante papel: Aristóteles y Ptolomeu, Los árabes tradujeron y comentaron de ellos, (...) fueron de nuevo conocidas por los cristianos de Occidente" (1942:50-51)

Recuperada e difundida pelos árabes, a produção geográfica dos gregos e, principalmente, as obras de Ptolomeu e Estrabão acabaram se tornando fundamentais para os estudos geográficos que na Europa se desenvolveram mais acentuadamente a partir do século XIV.

O Século XVI é o ápice de um período de profundas crises e transformações na Europa Ocidental. As estruturas sociais, econômicas, políticas e territoriais herdadas do feudalismo, já em profunda decadência, estavam sendo negadas pelos novos grupos que se apropriavam do poder, sobretudo pela burguesia responsável pela emergência de um novo modo de produção: o capitalista.

Vivia-se a expansão mercantil e com ela a "Revolução Comercial". Fato fundamentalmente importante para o alastramento das relações capitalistas e o correspondente declínio final do modo de produção feudal.

O mercantilismo foi responsável pela grande expansão europeia ocorrida ao longo dos séculos XV, XVI e XVII. À medida que novas terras eram devassadas, e os europeus mantinham contatos com os povos que nelas habitavam, uma gama fabulosa de novos conhecimentos foi sendo acumulada. A geografia tornou-se um dos saberes mais beneficiados por este processo.

Concomitantemente, iniciava-se também o Renascimento, que no dizer de Heller

"... significa um processo social total, estendendo-se da esfera social e econômica, onde a estrutura básica da sociedade foi afetada até o domínio da cultura, envolvendo a vida de todos os dias e as maneiras de pensar, as práticas morais e os ideais éticos quotidianos, as formas de consciência religiosa, a arte e a ciência." (1982:09)

Uma das características do Renascimento foi exatamente o interesse pela cultura greco-latina, cujos conhecimentos produzidos eram considerados muito mais

amplos do que os produzidos pela humanidade durante a Idade Média. Os conhecimentos de caráter geográfico não constituíram a exceção. Entre os geógrafos, houve também a necessidade de buscar nos autores greco-romanos a inspiração para suas teorias. Dessa forma, a constituição da geografia, no seu início, acabou tomando por modelo autores da Antigüidade Clássica, sobretudo Estrabão e Ptolomeu.

Parece-nos bastante esclarecedor a fala de Capel & Urteaga sobre as transformações que ocorriam e os rumos tomados pelos geógrafos preocupados com a sistematização dos novos conhecimentos em produção.

"Al Viejo Mundo que constituía el ecúmene para los chinos, árabes y europeos, se le afidio ahora un Nuevo Mundo, que hubo que describir y cartografiar. Poco mas tarde razones a la vez teológicas y científicas llevaron a aceptar la existencia de un gran continente austral, una acicate para la exploración dey Globo en los siglos siguientes.

Las noticias sobre las Indias orientales y occidentales maravillaran a los europeos y estimularon el desarrollo científico ... Se crearon centros de estudios náuticos y cartográficos (Casa de Contratación de Sevilla, Casa de La Índia de Lisboa) que sistematizarían la información sobre las nuevas tierras. Las relaciones de viajes y descubrimientos y las descripciones de las regiones descubiertas contribuyeron a configurar una nueva imagen de la Tierra.

Autores muy distintos y con preocupaciones bien diversas intervienen en esta labor descriptiva de los territorios, que se extendió también las regiones dey viejo continente. En el campo de la geografía el modelo de Estrabão, autor de ahora se conoce y se edita, incluyendo grandemente con los eruditos dey Renacimiento. Se multiplican en todos los países las descripciones corográficas, o de regiones, y topográficas, o de lugares concretos. Su interés era variado: las Relaciones topográficas, de Filipe II, constituyen el primer ejemplo moderno de recogida sistemática de información territorial con fines políticos y administrativos."(CAPEL & URTEAGA, 1984:1011)

Se o modelo de Estrabão tornou-se fundamental para a tarefa tão necessária de descrever os novos territórios conquistados (prática por ele denominada corografia), não menos importantes foi o modelo de Ptolomeu.

"A posição de Ptolomeu diante do problema geográfico coincidirá perfeitamente com as necessidades da época em que renascem os estudos de geografia. Inaugurava-se a grande navegação oceânica, a exploração dos mares, de rotas e terras desconhecidas; havia que preocupar-se, acima de tudo, com os dados e conhecimentos necessários à realização daquelas tarefas. A cosmografia se tornará o capítulo principal da geografia, e com ela a cartografia em que se concretiza. E ambas terão o desenvolvimento que todas conhecem, desde a segunda metade do século XV." (PRADO JR, 1961:169).

Com bases nestes dois modelos se constituiu a geografia clássica que tão profunda influência exerceu sobre a geografia que eram produzidas e na que era

ensinada nas escolas, ao ponto desta ter por muito tempo se contentado com a descrição das paisagens, isso quando não se limitou à tarefa mais estéril ainda de apenas ensinar as nomenclaturas dos fenômenos naturais e sociais visíveis.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manoel C. Geografia - **Ciência da sociedade: uma introdução...** São Paulo: Atlas, 1987
- ÁLVAREZ, Celina et al. **Historia de la geografia.** Habana: Editora Pueblo y Educación, 1986
- CAPEL, Horácio & URTEAGA, L. **Las nuevas geografias.** 4ª ed. Barcelona: Salvat Editores, 1984
- HELLER, Agnes. **O homem do renascimento.** Lisboa: Alianza Editorial, 1982
- KRESTSCHMER, K. **Historia dela geografia.** 3ªed. Barcelona: Editorial Labor, 1942
- LACOSTE, Yves. **A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Campinas: Papirus, 1988.
- MORAES, Antonio C.R. **A Gênese da geografia moderna.** São Paulo: Hucitec-EDUSP, 1989 Geografia - pequena história crítica. 9ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- PRADO JR. Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos.** São Paulo: Brasiliense, 1961
- ROCHA, Genylton O.R. **A trajetória da geografia no currículo escolar brasileiro (1838-1942).** (Dissertação de Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo São Paulo, 1996
- SODRÉ, Nelson W. **Introdução à geografia - geografia e ideologia.** 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989 WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979

***Genylton Odilon Rêgo da Rocha.** Professor Assistente de Prática de Ensino e Metodologia do Ensino de /Geografia do DMTOE/EDUC/UFPA. Mestre em Educação (PUC-SP) e Doutorado em Geografia (USP).

DESMATAMENTO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM RONDÔNIA*

Dorisvalder Dias Nunes**

RESUMO: Durante a década de 80, a política ambiental em Rondônia é desastrosa, sobretudo em se tratando da gestão de "Reservas Ambientais". Está inicialmente, relacionada à preocupação do fenômeno migratório e aos índices de desmatamento apresentados, cuja desproporcionalidade constituiu fator de reflexões. Isto significa que no auge do processo migratório em Rondônia, a relação entre incremento populacional e taxas de desmatamento indicava que, até 1985, havia um crescimento populacional significativo, com tendências a partir desta data, a estabilizar ou até diminuir.

PALAVRAS – CHAVE: Crescimento Populacional, Desmatamento, Fenômeno Migratório.

ABSTRACT: During the 1980s, environmental policy in Rondônia is disastrous, particularly in terms of Environmental management "Reservations". Is initially related to migration and concern for indexes of deforestation was presented, whose reflections factor disproportionality. This means that at the height of the migration process in Rondônia, the relation between increase of population and deforestation rates indicated that, until 1985, there was a significant population growth, with trends from this date, stabilising or even decreasing.

KEYWORDS: Population growth, Deforestation, the migratory Phenomenon.

Durante a década de 80, a política ambiental em Rondônia é desastrosa, sobretudo em se tratando da gestão de "Reservas Ambientais". Está inicialmente, relacionada à preocupação do fenômeno migratório e aos índices de desmatamento apresentados, cuja desproporcionalidade constituiu fator de reflexões. Isto significa que no auge do processo migratório em Rondônia, a relação entre incremento populacional e taxas de desmatamento indicava que, até 1985, havia um crescimento populacional significativo, com tendências a partir desta data, a estabilizar ou até diminuir. Concomitantemente, observa-se em 1975, incremento da substituição da floresta nativa por pasto ou culturas agrícolas, desencadeando de forma vertiginosa, o desmatamento que, ao contrário do crescimento populacional, perpassa

os anos 90 e apresenta índices de desflorestamento maiores que 17% do território do Estado em menos de 15 anos, conforme comenta FEARNSI DE (1991:117):

... O desmatamento tem crescido em ritmos ainda mais vertiginosos que a população. Em outras palavras: aumenta não só a população de Rondônia, mas o índice de desmatamento por habitante - os que ali vivem passaram, em média, a desmatar mais...

Os dados inferem interpretações variadas, mesmo levando-se em consideração o problema da leitura e interpretação das informações obtidas por meio de sensores como SPOT, NOA-AVHRR e LANDSAT - TM. De qualquer forma, há que se considerar que as taxas de desmatamento, estando superiores ao crescimento populacional, apontam para a idéia de que o desmatamento, após o pico dos processos de colonização, está intimamente ligado a processos de latifundização.

Já se pode observar o alastramento do desmatamento no eixo da BR-429, que liga Ji-Paraná e adjacências a Costa Marques (RO) e BR-421, que liga Ariquemes a Guajará-Mirim (RONDÔNIA, 1995; NUNES, 1996). Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE indicam um total de extensão do desflorestamento bruto em Rondônia da ordem de 34.600 Km², cujos percentuais estão próximos dos 14,4%. Índices correspondentes ao período de janeiro de 1978 a agosto de 1991 (INPE, 1992).

Os percentuais mais recentes sobre desmatamento demonstram o avanço na escalada da retirada da cobertura florestal e apresentam, para 1993, uma área estimada em 4.005.790 ha, o que traduz um percentual de 16,48 % do total do Estado de Rondônia sem cobertura vegetal original (tabela- 1).

Tabela 01- DESMATAMENTO EM RONDONIA - 1978 a 1993

Fonte: INPE (1992) - RONDONIA/SEDAM (1996*)

Desmatamento/ano	Área desmatada em (ha)
1978	420.000
1988	3.000.000
1989	3.180.000
1990	3.350.000
1993(*)	4.005.790

Esses dados remetem a uma preocupação e a um melhor entendimento do papel das Unidades de Conservação em Rondônia, uma vez que refletem a "potencialização" do desmatamento por ação antrópica, em alguns casos fruto da necessidade da terra, em outros, pela expansão de latifúndios, caracterizando o "descuido" do Poder Público em torno do controle do desmatamento. Estes fatos já indicam algumas das causas mais conhecidas do desmatamento que estão

relacionadas à ocupação desordenada e ao aumento dos latifúndios, consequência da rotatividade da posse da terra somado à pecuarização que promove a substituição da cobertura florestal original por pasto.

AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

As políticas de proteção à natureza no Brasil, com base na legislação, datam de 1934, num contexto em que não havia tantas preocupações em torno de problemas ambientais. Não muito tempo depois (1937), é criada a primeira Unidade de conservação: o Parque Nacional do Itatiaia (TROPMAIR, 1987). Daí por diante, uma considerável quantidade de leis e de Unidades de Conservação foram criadas, sem se caracterizar como política pertencente à lista de prioridades do Poder Público. Logo após a Conferência de Estocolmo (1972), o Brasil adota uma política mais contundente sobre o meio ambiente com a criação da SEMA (1973). São numerosos os decretos, leis e áreas propostas para proteção; outras categorias são também criadas. Com o advento das questões ambientais na Amazônia observa-se a corrida para criação de vastas áreas de proteção ambiental, alicerçadas pela retórica de governos populistas que, por pressão internacional, condicionam a alocação de recursos externos ao conservacionismo utópico. A questão é que, todo esse arcabouço legal, institucional e financeiro não significou perspectivas de gerenciamento, a contento, das inúmeras áreas criadas na Amazônia. Isso se deve, na maioria dos casos, pelas dimensões territoriais das Unidades de Conservação que, por sua extensão, impedem o êxito das finalidades a que se propõe, face à mega-estrutura de que necessitam.

A legislação brasileira sobre meio ambiente, ao normatizar unia variedade de categorias de reservas ambientais estabelece proteção legal contra invasão e corte de árvores, principalmente as de uso indireto. As categorias de reservas incluem: Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Reservas Florestais, Estações Ecológicas, Áreas de Relevante Interesse Ecológico e Áreas de Proteção Ambiental, tomadas aqui como exemplo básico. Essas unidades objetivam proteger amostras representativas de ecossistemas singulares do Brasil (CAVALHEIRO 1986; PADUA, 1989). Ou seja, não só atendem às prerrogativas da Lei 6938 de 31 de agosto de 1981, como as do artigo 225 da Constituição brasileira.

As áreas de unidades de conservação podem ser jurisdicionadas tanto em nível federal, estadual como municipal. No âmbito federal, a responsabilidade é do

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e Fundação Nacional do Índio - FUNAI (esta última, quando se tratar de áreas indígenas demarcadas). Em Rondônia, a responsabilidade das unidades de conservação Estaduais está a encargo da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM⁽¹⁾ e, municipal, a Fundação Instituto do Meio Ambiente - FIMA. Apesar do aparato legal existente para normatizar as questões ambientais, bem como as mais variadas categorias que se conhece em tomo das áreas destinadas à proteção, as reservas de Rondônia sofreram grandes alterações antes como depois de terem sido homologadas oficialmente (FEARNSIDE, 1988). Sobre este aspecto pode-se verificar, de início, o caso da Reserva Biológica do Guaporé, criada em 20 de setembro de 1982, com área de 600.000 hectares, cuja concepção original apresentava área muito maior, conforme esclarece FEARNSIDE (1985:90):

... Enquanto avança a ocupação mal-ordenada, diminuem os limites das reservas. É ilustrativo o caso da Reserva Biológica do Guaporé, ao sul de Rondônia. A área de 1,4 milhões de hectares originalmente proposta, segundo mapas publicados pelo Banco Mundial, foi sucessivamente diminuída. Primeiro transferiram seu limite sul mais para o norte, a fim de não tocar as já ocupadas terras ao longo do Rio Guaporé; depois encolheram seus limites a leste e oeste para evitar conflitos de terras. Assim restaram apenas 600 mil hectares quando foi oficialmente criada (...). E hoje sabe-se que a área da reserva é menor ainda do que a indicada no mapa do governo de Rondônia...

Não muito diferente, foi a situação da reserva Biológica do Jaru, cuja categoria anterior era a de Reserva Florestal, tendo sido criada em 1961, originariamente possuía 1.085.000 hectares, com a incorporação do Projeto de Assentamento Dirigido - PAD Burareiro, destinado a empresas rurais de 500 hectares; a referida Reserva Florestal passou a denominar-se Reserva Biológica e seus limites reduzidos para 268.150 hectares em 1979 (Decreto Lei 83716). A reserva possui dificuldades para implementação de um serviço de monitoria adequado, o que a torna susceptível a invasão de diversos atores sociais (posseiros, colonos, madeireiros, pecuaristas, etc.). Agravam-se ainda mais o quadro da reserva, uma vez que poderão ser afetados com a abertura da estrada RO-357 problemas bem característicos de quase todas as Reservas Indígenas, que são cortadas por estradas implantadas ou projetadas que se ligam à BR-364 (NUNES, 1996). Ratificando o problema das estradas, é bom lembrar que as reservas não precisariam ser efetivamente cortadas por rodovias (vicinais ou asfaltadas), para constituírem um problema "legal" ou factual, basta que o traçado da estrada esteja nas proximidades das reservas, pois não há a "zona tampão", área de restrição prevista pela Resolução CONAMA nº 013 de 06 de dezembro de 1990.

Outro tipo de reserva é aquela admitida por lei dentro da própria propriedade rural, que corresponde a 50% da área florestada, conforme está previsto no Código Florestal em seu artigo 44 (BRASIL, 1992:122). Apesar de tudo, muitos colonos antigos já desmataram quase que totalmente seus limites de reserva legal, sem nenhum reflexo a partir da legislação, que pudesse impedir tal fato. O pior é que a redução do tamanho da reserva através do encurtamento de seus limites é insignificante em comparação com as perdas resultantes da construção de estradas, que cortam as reservas e ocasionam, sem margem de dúvidas, dois tipos de impactos para as florestas: primeiro, as perdas diretas ocasionadas pelo corte da estrada; segundo, a rápida penetração de migrantes para efetuarem a posse da terra ao longo da estrada, uma vez que, do ponto de vista da especulação fundiária, à terra beneficiada (2) com estrada é auferido outro valor, intensificando assim a posse em suas adjacências (FEARNSIDE, 1988). As áreas de reserva legal não são respeitadas e nem poderiam, pois ao colono descapitalizado só resta a tecnologia do fogo, no aproveitamento das áreas a serem cultivadas e na medida em que sua área deixa de ser produtiva; resta-lhe duas opções: a primeira é a utilização das áreas de floresta remanescente e, a segunda, o êxodo rural, constituindo o deslocamento compulsório do colono ou caboclo para outras áreas a exemplo dos núcleos urbanos. Recentemente a Presidência da República publicou a Medida Provisória 1.511 de 25 de julho de 1996, que dá nova redação ao artigo 44 da Lei 4.771 de 13 de setembro de 1965, proibindo em 80% o corte raso nas propriedades cuja fitofisionomia seja de floresta. Além de retratar o total desconhecimento da realidade das comunidades que vivem nas florestas (a exemplo de Rondônia), esta medida não resolverá o problema das reservas legais, constituindo-se apenas como mais uma normativa legal a ser arquivada ou engavetada pelo simples fato de não ser exequível.

Outro importante exemplo no tocante aos problemas de gerenciamento em unidade de conservação é o Parque Estadual de Corumbiara, criado no âmbito do PLANAFLORO, pelo Decreto Estadual nº 4576 de 23 de março de 1990. Localizado no município de Cerejeiras, na parte mais ao sul do Estado, é uma das poucas U.C. 's com levantamentos sobre fauna e flora. Contudo, tem apresentado problemas relacionados aos grandes fazendeiros e posseiros que vivem dentro da reserva e nas adjacências, que a partir da migração trouxeram consigo a prática agropastoril, caracterizada por hábitos culturais cujo entendimento da natureza difere dos hábitos característicos das culturas locais, de tal modo que a relação agropecuária versus meio ambiente, denota uma prática cuja melhor forma de utilização do ambiente constitui a derrubada da floresta. Em face dos problemas fundiários que envolvem o parque, a demarcação desta Unidade de

Conservação não ocorreu a contento, conforme denúncia apresentada por SMERALDI et. al. (1995) nos seguintes termos:

... A demarcação contratada pelo ITERON exclui 159.215 hectares, atendendo os interesses de grandes pecuaristas e especuladores fundiários. A área excluída na demarcação corresponde a vários títulos expedidos irregularmente pelo INCRA através de CPCVs, durante os anos de 1991-92, ou seja, após a criação do Parque Estadual, bem como áreas de simples "grilagem" de terras...

Este fato pode ser observado a partir do mosaico de imagens LANDSAT-TM, onde as quadrículas na parte sul do Estado, setor Corumbiara, apresentam, por analogia, urna configuração geométrica denotando o porte das áreas desmatadas, característico de grandes fazendas (RONDÔNIA, 1996; NUNES, 1996). As possibilidades de encurtamento do Parque Estadual de Corumbiara são maiores, tanto maior for a necessidade de expansão das áreas de fazendas existentes naquele setor (FERNANDES, 1995).

A perspectiva de conflitos entre o Poder Público e fazendeiros ou grileiros, infere a conotação de incapacidade para mediar impasses dessa envergadura, principalmente quando se trata de contrariar interesses de grandes latifundiários. Situação semelhante ocorreu com o Parque Estadual de Guajará-Mirim - setor oeste do Estado - cuja demarcação pode ter excluído urna parte importante do mesmo, com área em tomo de 51.665 ha (SMERALDI et al.; op. cit.)

Prosseguindo na análise, verificou-se que na época do então IBDF, a implementação do programa de fiscalização nas reservas, muitas vezes foi impraticável, principalmente quando se observou a ação governamental incentivando uni modelo de desenvolvimento agrícola a todo custo. Após o advento do POLONOROESTE, constatou-se que os 50% de mata que constituem as reservas legais dos lotes, não eram respeitados, caracterizando um aparato de fiscalização deficitário associado às dificuldades de penetração na floresta. Delineia-se urna nova estratégia nos processos de ocupação, cuja fisionomia de assentamento passa a respeitar o padrão de drenagem. As estradas são planejadas seguindo a linha dos divisores de água, verificando a movimentação do relevo. Desta forma assegurar-se-ia compatibilização com a legislação e minimização dos impactos ambientais. Isso significou o surgimento das Reservas em Bloco. Buscou-se entre outras coisas melhorar a fiscalização, atendimento das demandas de assentamento e a preservação segundo a legislação, das potencialidades naturais. Conforme BRASIL (1986), quatro projetos de assentamento inserem-se nas novas propostas de colonização: PA-URUPÁ; PAMACHADINHO; PA-CUJUBIM e PA-CAPITÃO SILVIO. Todos os projetos contemplavam a proposta das

reservas em bloco. Contudo, novas frentes de invasões em áreas de proteção (as reservas em bloco), surgem estabelecendo novos conflitos. O exemplo contundente é o do Projeto Urupá (BRASIL, op. cit.: 147) que por força da legislação "exigiu a ação conjunta do INCRA, IBDF, CONSEMA e Batalhão Florestal da PM/RO, para remover os 200 invasores". Infelizmente esta ação ocorreu quando, pelo menos, 15% da reserva já havia sido desmatada.

Neste episódio, o processo de invasão foi incentivado e alicerçado por industriais do setor madeireiro, visando obter o potencial madeireiro da área, soma-se aí a negligência tanto por parte do INCRA como do IBDF, que conforme colocado, a intervenção só ocorreu quando cerca de 15% da área protegida por lei já tinha sido descaracterizada.

AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ÂMBITO DO PLANAFLORO

O PLANAFLORO, cujo objetivo, é estabelecer o zoneamento sócio-econômico e ecológico em Rondônia, dará novo impulso ao processo de criação de áreas destinadas à proteção da Fauna e Flora. Vários órgãos do poder público assumem a responsabilidade para o gerenciamento e implantação de programas de Gestão Ambiental das áreas de Unidades de Conservação. Para melhor entendimento vejamos o quadro a seguir:

TABELA 02

Instituição	Total de unidades de Conservação	Área em (há)	Percentual em relação a *área do estado
FUNAI	18	4.465.148,8340	18,72
EXÉRCIT	03	532.748,0000	2,23
IBAMA	07	1.581.109,6491	6,62
ESTADO/	54	4.556.623,2740	19,10
TOTAL	82	11.135.629,757	46,68

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM RONDÔNIA E INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS

Fonte: RONDÔNIA, 1996

* Área do Estado - 238.512,80 km² - 23.851.280 ha

Org. Nunes, 1996

A tabela 3 expressa uma quantidade de áreas destinadas a proteção que bem poderia servir de modelo ao projeto conservacionista e ao Desenvolvimento Sustentável, tão desejado pelas agências de financiamento internacional. O quadro apresenta um total de 82 unidades de conservação, o que equivale dizer 11.135.629, 7571 hectares de áreas protegidas por lei, correspondendo a 46,68 %

do Estado. Somando esses números às áreas de reservas legais, atingir-se-á um percentual de aproximadamente 73,35% de áreas que se destinam à conservação ou preservação dos atributos naturais. Ficando apenas 26,65% de áreas destinadas às atividades agro-silvo-pastoris (RONDÔNIA, 1996).

Os números embora pareçam animadores, ocultam algumas análises que podem ser esclarecedoras em relação a esta questão. A primeira delas, é o diploma legal das referidas áreas, sem o qual não há como implementar qualquer tipo de gerenciamento, uma vez que não existem de direito, para tanto é ilustrativa a tabela 3:

TABELA 03

CATEG	DENOM	A
ORIA DE MANEJO	INAÇÃO	REA (ha)
ESTAÇÃO	CUNIÁ	13.600,0000
*FERS	RIO GUAPORÉ	278.375,0000
FERS	RIO MADEIRA "B"	82.437,5000
FERS	MUTUM	11.471,0435
FERS	GAVIÃO	440,3945
FERS	PERIQUITOS	162,5504
FERS	ARARAS	264,7733
FERS	TUCANO	659,5607
ÁREA INDIGENA	RIO GUAPORÉ	128.196,0000
ÁREA INDIGENA	SAGARANA	17.800,0000
ÁREA INDIGENA	MASSACO	315.000,0000
ÁREA DO EXÉRCITO	CUNIÁ	53.000,0000
ÁREA DO EXÉRCITO	RIOQUÊ	20.000,0000
RESERVA	JACI-PARANÁ	205.000,0000
RESERVA	SÃO FRANCISCO	72.697,1614
RESERVA	BAIXO RIO SÃO	5.840,0000
RESERVA	RIO SÃO DOMINGOS	10.228,0000
RESERVA	RIO SÃO PEDRO	59.792,0000
RESERVA	RIO GUAPORÉ	32.417,7182
RESERVA	RIO MACHADO	394.481,0000
RESERVA	CUNIÁ	91.777,0000
TOTAL		1.793.639,7020

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO SEM DECRETO

* Floresta Estadual de Rendimento Sustentado. Áreas destinadas ao ordenamento das atividades exploráveis dos recursos de uma floresta.

FONTE: ITERON (RONDÔNIA, 1996) Org.: Nunes, 1996

Dos percentuais apresentados, cerca de 21 unidades de conservação não têm Decreto, perfazendo o total de 1.793.639,7020 (ou 7,52%) hectares de áreas destinadas a proteção sem qualquer diploma legal. Verifica-se desta forma a redução dos totais apresentados de 11.135.629,7571 para 9.341.990,0551 ha.

Para melhor ilustrar a presente argumentação, adotou-se quatro intervalos temporais com períodos variando de 3, 5 e 8 anos, nos quais observou-se a criação de unidades de conservação. Portanto, das 61 unidades de conservação que efetivamente

possuem decreto de criação, 02 foram criadas entre 1974 e 1979, 16 entre 1981 e 1989, 43 foram criadas entre 1990 e 1995, no período de 1970 a 1973, não há criação de unidades de Mundial. (...) estão aí solicitando que seja feita unidade de conservação em Rondônia, o que é uma surpresa, pois temos importantes eventos ambientais que ocorreram neste período a exemplo de Estocolmo e início de uma política governamental de institucionalização da questão ambiental no Brasil com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente - SEMA ⁽³⁾. Pode-se observar a partir dos dados apresentados, um processo que pode ser denominado de "inflacionamento" na criação de áreas de conservação, de tal forma que se pode verificar que dos 3 períodos indicados, onde há criação de unidades de conservação, o primeiro sugere menos de uma unidade de conservação sendo criada a cada ano; o segundo aumenta para duas unidades a cada ano, considerando neste caso que o segundo período é maior três anos que o primeiro. No terceiro período, com os mesmos cinco anos do primeiro, são criadas ou propostas 8,6 unidades de conservação a cada ano, o que demonstra entre o primeiro e o terceiro um aumento da ordem de 2150% de áreas destinadas a conservação. .

CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM RONDÔNIA

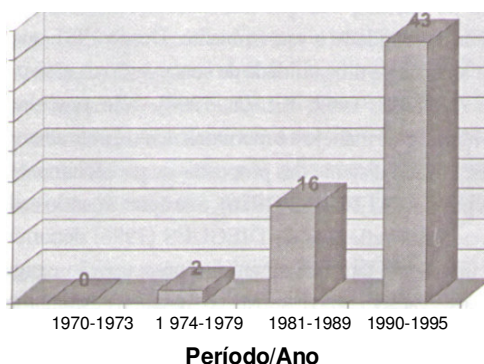


Fig. 01: Criação de Unidades de Conservação em Rondônia Fonte: Rondônia (1996); Bruck (1995).
Org.: Nunes, 1996

A grande reflexão que fica é: será que o estado de Rondônia tem condições de estabelecer para todas as áreas propostas uma política de Gestão ou Gerenciamento ambiental? Como já foi colocado, as características das dimensões territoriais das unidades de conservação na Amazônia, diferem das demais áreas do Brasil, onde trabalha-se não só com centenas de milhares, mas até milhões de hectares.

Embora se possa reconhecer que os financiamentos do PLANAFLORO possam constituir a resposta ao questionamento apresentado, fica ainda outra questão: até

quando? É elucidativo o comentário do Secretário de Estado de Meio Ambiente - RO, quando expressa:

O Estado hoje não tem condições, por que eu entendo também que isso é uma exigência do Banco Mundial. (...) estão aí solicitando que seja feita unidade de conservação aqui e acolá para que haja um aporte de recursos, (...) um dia que o Estado não tiver mais o PLANAFLORO, não tiver mais recurso político, como é que vai fazer né? (NUNES, 1996)

O fato é que, como ocorreu no POLONOROESTE, o aporte de recursos para o PLANAFLORO está condicionado à criação de Unidades de Conservação, e conforme indica SMERALDI (1995): "no Período de 1989 a 1991, o governador do Estado de Rondônia assinou decretos criando uma série de unidades estaduais de conservação, em grande medida como resposta a pressões do Banco Mundial".

Ao término deste trabalho, não se pode esquecer outro exemplo de má gestão de unidades de conservação, aqui representado pela situação da reserva de Cuniã. Este caso não é muito diferente dos fatos elencados sobre o perfil das unidades de conservação em Rondônia. Em Cuniã o problema está na esfera político-social e da administração do Poder Público. Esta unidade possui uma população residente há mais de meio século, o que caracteriza o grande nó da questão, vez que não se leva em consideração toda relação existente entre uma dada comunidade e seu ambiente. Desde 1981 que o Poder Público procura viabilizar a implantação de uma unidade de conservação na área o que até a presente data não foi realizado (NUNES, 1992; SILVA, 1994). Não possuindo diploma legal definitivo, também não há plano de manejo e o monitoramento é impraticável.

Tal situação está muito distante das propostas de gerenciamento das Unidades de Conservação elencadas por CAVALHEIRO (1986), e se aproximando cada vez mais de um conceito que está retratado nas reflexões de DIEGUES (1996) denominado de "O Mito Moderno da Natureza Intocada", fato que sintetiza a preocupação exagerada em se criar inúmeras unidades de conservação, como resposta ao frenético desmatamento característico do modelo de ocupação em Rondônia.

NOTAS:

1) A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, foi criada pela Lei Complementar nº 42 de 19 de março de 1991 e teve sua estrutura básica e competência regulamentadas pelo Decreto estadual nº 5073 de 24 de abril de 1991.

2) Sobre esta noção de "beneficiamento da terra", em documento oficial sobre as diretrizes ambientais para Rondônia (BRASIL, 1986), pode-se observar que a manutenção do lote para o colono só seria garantida caso houvesse tratamento da terra por meio de desmatamento, considerado até então como benefício ou benfeitoria principal.

3) Os dados sobre o número de unidades de conservação apresentados neste trabalho não são precisos e nem definitivos, em face da dinâmica das ações de re-enquadramento dessas unidades,

decorrentes dos acertos e dos conflitos de interesses entre o Poder Público local e os atores sociais envolvidos no zoneamento sócio-econômico e ambiental do Estado de Rondônia.

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL, **Constituição do Brasil**. Brasília, Senado Federal - Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Anteprojeto de Lei Da Consolidação Das Leis Federais Do Meio Ambiente**. Brasília (DOU-17/02/92), 1992.
- BRASIL. **Coletânea da Legislação Federal de Meio Ambiente**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, 1992, 797p.
- BRASIL. **Diretrizes Ambientais para o Estado de Rondônia: documento compacto**. Brasília, SEMA/MDUMA, 1986.
- BRUCK, E.C.; FREIRE, A.M.V.; LIMA, M.F. de. **Unidades de Conservação no Brasil: cadastramento e vegetação** - 1991/1994. Brasília, IBAMA, 1995.
- CAVALHEIRO, F. *et. Al.* **Programa de Gerenciamento das Unidades de Conservação**. Brasília, SEMA, 1986.
- DIEGUES, A.C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo, Hucitec, 1996.
- FEARNSIDE, P. **Relatório Final do Sub-Projeto "Estimativas de Capacidade de Suporte de Agro-Ecossistemas Amazônicas"**- Manaus/AM, INPA, 1988.
- _____. **Rondônia: a farsa das Reservas**. in: **Revista Ciência Hoje (SBPC)** 3(17): 90-2. 1985
- _____. **Quem desmata a Amazônia, os pobres ou os ricos?** In: **Revista Ciência Hoje (SBPC)** 19 (113):26-33,1995.
- _____. **Rondônia: Estradas que levam à devastação**. in: **Revista Ciência Hoje (SBPC)** vol. especial - Amazônia, Rio de Janeiro, 1991. p. 116-122
- FERNANDES, L.C. **Dinâmica do Desmatamento na Gleba Corumbiara - RO, nos Setores 9 e 10 entre 1986 a 1993: uma avaliação gráfica/numérica de desmatamento**. Porto Velho-RO, monografia de bacharelado em Geografia, DG/UNIR, 1995.
- IMPE. **Deforestation in Brazilian Amazônia**. São Paulo, 2ª edição, INPE, 1992.
- LISBOA, P. L. B. **Rondônia: Colonização e Floresta. Programa POLONOROESTE, Relatório de Pesquisa nº 09-** CNPq, AED, Brasília, 1990.
- NUNES, D.D. *et. ai.* **Cuniã: uma comunidade ameaçada**. Porto Velho/RO, Relatório de Pesquisa/UNIR, 1992. (mimeo.)
- NUNES, D.D. **Gestão Ambiental em Rondônia: políticas públicas em unidade de conservação - o caso Cuniã**. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH/DG/USP, 1996. (mimeo.)
- PADUA, M.T.J. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação: aspectos conceituais e legais**. Brasília, IBAMA/FUNATURA, 1989
- RONDÔNIA, **Instituto de Terras e Colonização de Rondônia. Rondônia: desenvolver e preservar**. Porto Velho, ITERON/PNUD/INCRA/SEPLANAFLORO, 1996
- RONDÔNIA. Secretaria de Desenvolvimento Ambiental. **Desmatamento em Rondônia (1978 a 1993)**. Porto Velho, SEDAM/SEPLAN/PNUD, 1996. p.46.
- SILVA, J.C. **Cuniã: mito e lugar**. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH/DG/USP, 1994. (mimeo.)
- SMERALDI, R. *et. ai.* **Pedido de Investigação apresentado ao Painel de Inspeção do Bando Mundial sobre o PLANAFLORO**. Porto Velho-RO, Forum das ONG's-RO/Friends of The Earth, 1995.
- TROPPEMAIR, H. **Biogeografia e Meio Ambiente**. Rio Claro-SP, 2ª edição, UNSP, 1987.
- (*) **Parte integrante do trabalho de Dissertação de Mestrado: Gestão Ambiental em Rondônia (Políticas Públicas em Unidade de Conservação: o caso Cuniã)**
- (**) **Dorisvalder Dias Nunes**. Professor Assistente do Depto. Da UFRO/MS em Geografia Física pela USP. Coordenador do Laboratório de Geografia Humana e Planejamento Ambiental.